



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Habitação social: Proposta na Covilhã.

Filipa de Jesus Gomes Gonçalves

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(Ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutora Ana Maria Tavares Ferreira Martins
Co-orientador: Prof. Doutor Jorge Silva Carlos

Covilhã, junho de 2017

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria Martins, assim como ao meu co-orientador professor Doutor Jorge Carlos por toda a paciência, disponibilidade, compreensão e conhecimento disponibilizado durante a execução desta dissertação.

A todos os professores que me acompanharam ao longo do curso, que me transmitiram conhecimentos e contribuíram para a minha formação.

À Câmara Municipal da Covilhã e Câmara Municipal da Guarda pela cedência de documentação.

À minha Família, os meus Pais e a Xana, por toda a compreensão, apoio incondicional e palavras de coragem ao longo do meu percurso académico.

A todos os amigos da UBI, os que tiveram presentes desde o início assim como os que foram surgindo ao longo destes anos. Agradeço todos os bons momentos passados, todas as brincadeiras e momentos bem passados, todos os laços criados, toda a motivação, disponibilidade e apoio demonstrado.

Ao João, por toda a paciência, dedicação e motivação demonstrada durante estes anos.

A todos, o meu obrigada.

Resumo

A existência do Homem desde cedo se associa à procura de um abrigo, seja ele fixo ou temporário e que nos dias de hoje se traduz na necessidade de ter uma habitação uma vez que é algo fundamental na vida de cada sujeito. Com o passar dos tempos, a forma como a casa é pensada foi alterada e adaptou-se sempre às necessidades do Homem, chegando à forma como é pensada na atualidade tendo em conta o tipo de habitante que irá hospedar. Uma habitação para um casal não pode ser pensada do mesmo modo que para uma família numerosa.

Este trabalho de pesquisa engloba um período desde os anos finais do século XX, e trata o tema da habitação social em Portugal. Na época era visível uma grande falta de habitações salubres para as pessoas das classes mais baixas as quais não tinham emprego, ou caso o tivessem, não recebiam um ordenado que lhes permitisse manter uma habitação com condições mínimas. Este tema, para além de fazer parte de uma fase importante na história do país é também fundamental para perceber o crescendo na criação habitacional que teve lugar no país, desde planos de construção em grande escala a pequenos empreendimentos em locais já urbanizados, onde se projetavam habitações com áreas reduzidas, levando à criação de regulamentos para as mesmas.

Posteriormente pensou-se ser pertinente o estudo de alguns empreendimentos mais recentes. Estes empreendimentos foram já pensados segundo um conjunto de leis e regulamentos existentes, assim como pensadas para outros tipos de vivências. Como os costumes da sociedade evoluíram tal como as suas vivências, as habitações passaram a ser pensadas de forma diferente, assim como a sua envolvente.

Como resultado desta pesquisa foi elaborada uma proposta de habitação social na cidade da Covilhã. Outrora uma cidade industrial, tal como as grandes cidades do litoral também necessitou da criação de habitação de cariz social para oferecer melhores condições aos operários fabris. Para a execução da proposta considerou-se tudo aquilo que foi estudado anteriormente, sendo apresentada uma proposta onde se inserem vários aspetos determinantes, tornando a proposta numa solução positiva para os seus futuros habitantes assim como para a cidade.

Palavras-chave

Habitação Social; História; Cooperativas; Covilhã; Vivências.

Abstract

The existence of man from early on is associated with the search for a shelter, be it fixed or temporary and that today means the need to have a home since it is something fundamental in the life of each subject. Over time, the way the house is thought has been altered and adapted to the needs of man, arriving at the way it is thought today considering the type of inhabitant that will host. A dwelling for a couple can not be thought of in the same way as for a large family.

This research work covers a period since the late twentieth century, and addresses the theme of social housing in Portugal. At the time, was visible a lack of healthy housing for people of the lower classes who did not have a job, or if they did, they did not receive a salary that would allow them to keep housing with minimal conditions. This theme, in addition to being part of an important phase in the country's history, is also fundamental to realize the growth in housing creation that has taken place in the country, from large-scale construction plans to small developments in already urbanized places where they were projected with reduced areas, leading to the creation of regulations for them.

Subsequently it was thought pertinent to study some more recent developments. These enterprises were already thought according to a set of existing laws and regulations, as well as thought for other types of experiences. As the customs of society have evolved as well as their experiences, the dwellings have come to be thought of differently as well as their surroundings.

As a result of this research, a proposal was made for social housing in the city of Covilhã. Once an industrial city, like the great cities of the coast, also needed the creation of social housing to offer better conditions to factory workers. For the implementation of the proposal it was considered everything that was studied previously, being presented a proposal that includes several determinant aspects, making the proposal a positive solution for its future inhabitants as well as for the city.

Keywords

Social Housing; History; Cooperatives; Covilhã; Experiences

Índice

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 Justificação do tema | 3 |
| 1.2 Estrutura da dissertação | 4 |
| 1.3 Metodologia | 4 |
| 1.4 Objetivos | 5 |
| 1.5 Estado de Arte | 5 |
| 2. HABITAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL | 9 |
| 2.1. Contextualização histórica | 11 |
| 2.2. Bairros intemporais | 17 |
| 2.2.1. Bairro de Alvalade | 17 |
| 2.2.2. Bairro da Malagueira | 27 |
| 3. DO BAIRRO AO EDIFÍCIO, CASOS DE ESTUDO | 33 |
| 3.1. Habitação da Travessa dos Salgueiros, grupo AVA | 35 |
| 3.2. Bairro da Seara, João Álvaro Rocha | 41 |
| 3.3. Edifício Siza na Guarda, Siza Viera e António Madureira | 47 |
| 3.4. Calhariz de Benfica, Paulo Tormenta Pinto e Alfredo Escada | 53 |
| 4. HABITAÇÃO SOCIAL NA COVILHÃ | 57 |
| 4.1. Contextualização histórica | 59 |
| 4.2. Exemplos de bairros na Covilhã | 63 |
| 4.2.1. Bairro municipal | 63 |
| 4.2.2. Bairro da Alegria | 63 |
| 4.2.3. Bairro dos Penedos Altos | 64 |
| 4.2.4. Bairro do Rodrigo | 65 |
| 4.2.5. Bairro da Estação | 65 |
| 4.2.6. Bairro da Biquinha | 66 |
| 4.2.7. Bairro 1º de Maio | 67 |
| 4.2.8. Bairro da Alâmpada | 67 |
| 4.2.9. Bairro das Nogueiras | 68 |
| 4.2.10. Bairro do Cabeço | 68 |
| 4.2.11. Bairro do Património | 69 |
| 5. PROPOSTA | 71 |
| 5.1. Programa | 73 |
| 5.1.2 Local de implantação | 73 |
| 5.2. Tabela de áreas finais | 75 |
| 5.3. Memória descritiva e justificativa | 77 |
| 5.3.1. A proposta | 78 |

| | |
|------------------------------|-----|
| 5.3.2. Os edifícios | 80 |
| 5.3.3. As habitações | 80 |
| 5.3.4. Materialização | 83 |
| 5.3.4.1. Espaços exteriores | 83 |
| 5.3.4.2. O edificado | 84 |
| 5.3.4.2.1. Estrutura | 85 |
| 5.3.4.2.2-Paredes | 85 |
| 5.3.4.2.3-Lajes e coberturas | 85 |
| 5.3.4.2.4-Caixilharias. | 85 |
| 5.3.4.2.5-Acabamentos. | 86 |
| 6. CONCLUSÕES | 87 |
| 7. BIBLIOGRAFIA | 93 |
| 8. ANEXOS | 101 |

Lista de Figuras

Figura 1- Exemplo de ilha no início do século XX. 111

Fonte : <http://etcetaljornal.pt/j/2015/05/porto-tem-quase-mil-ilhas-e-campanha-e-a-capital-do-arquipelago/> (acedido pela ultima vez em 11/06/2017)

Figura 2- Bairro do Arco do Cego..... 133

Fonte: <https://lerhistoria.revues.org/1413> (acedido pela ultima vez em 10/05/2017)

Figura 3- Planta do Bairro da Encarnação da autoria do Arquiteto Paulino Montez 144

Fonte: <http://midosbairroencarnacao.blogspot.pt/2012/02/> (acedido pela ultima vez em 12/011/2016)

Figura 4- Bairro de Olivais-Norte, em Lisboa 155

COELHO, António Batista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004; p.51.

Figura 5- Quarteirões do Bairro de Alvalade 18

COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu. Bairro de Alvalade: Considerações Sobre o Urbanismo Habitacional, vol. 1, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 1997, p.35.

Figura 6- Plano de urbanização do sitio de Alvalade. 18

Fonte: ALEGRE, Alexandra. Casas de Rendas Económicas das células I e II do Plano de Urbanização de Alvalade - 1º Experiencia de Urbanização Integral, p.3.

Figura 7- Casas de rendas económicas das células I e II 21

Fonte: ALEGRE, Alexandra. Casas de Rendas Económicas das células I e II do Plano de Urbanização de Alvalade - 1º Experiencia de Urbanização Integral, p.5.

Figura 8- Plano de urbanização do Bairro da Malagueira 27

COELHO, João Rodrigo Parreira; O projeto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada: o caso do bairro da Malagueira; Eurau'12; 2012; p.6.

Figura 9- Habitações do tipo A e B 28

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>. (acedido pela ultima vez em 9/03/2017).

Figura 10- Plano da Malagueira segundo o tipo de ocupação 29

Fonte: LÉGER, Jean-Michel; MATOS, Gisela, Cidades comunidades e territórios, Siza vieira em Évora, Revisitar uma experimentação; Dezembro 2004, nº9, p.42.

Figura 11- Habitação do Bairro da Malagueira..... 30

Fonte: MARTINS, Raquel Monteiro; A 'ideia de lugar' - Um olhar atento às obras de Siza; Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre em arquitetura; Coimbra, 2009. p.102.

Figura 12- Vista geral. 31

Fonte: MARTINS, Raquel Monteiro; A 'ideia de lugar' - Um olhar atento às obras de Siza; Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre em arquitetura; Coimbra, 2009. p.104.

Figura 13- Vista do edifício Travessa dos Salgueiros 344

Fonte: <http://www.ava-architects.com/salgueiros.htm>. (acedido pela ultima vez em 20/12/2016).

Figura 14- Vista aérea do local. 355

Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.1596281,-8.6134336,160m/data=!3m1!1e3> (acedido pela ultima vez em 22/12/2016).

Figura 15- Planta do piso de rés do chão onde são percetíveis as caixas de escadas e os acessos pedonais ao edifício a partir da envolvente. 377

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/602652/habitacao-social-salgueiros-slash-ava-architects>. (acedido pela ultima vez em 22/12/2016).

Figura 16- Esquema elaborado pela autora mostrando as tipologias t1 e a distribuição de funções da mesma. 377

Fonte: Autora.

Figura 17- Esquema elaborado pela autora mostrando as tipologias t1 e a distribuição de funções do mesmo situadas numa articulação do edifício. 388

Fonte: Autora.

Figura 18- Esquema elaborado pela autora mostrando as tipologias t2 e a distribuição de funções do mesmo. 388

Fonte: Autora.

Figura 19- Esquema elaborado pela autora mostrando as tipologias t3 e a distribuição de funções do mesmo num local de articulação do edifício. 399

Fonte: Autora.

Figura 20 e Figura 21- Conjunto habitacional Bairro da Seara. 40

Fonte: <http://www.joaoalvarorocha.pt/permatosinhos/permatosinhospt.html> (acedido pela última vez em 11/02/2017).

Figura 22- Planta de localização do conjunto. 411

Fonte: <http://www.joaoalvarorocha.pt/permatosinhos/permatosinhospt.html> (acedido pela última vez em 11/02/2017)

Figura 23- Esquema da habitação de tipo t1. 422

Fonte: Autora.

Figura 24- Esquema da habitação de tipo t2. 433

Fonte: Autora.

Figura 25- Esquema da habitação de tipo t2. 433

Fonte: Autora.

| | |
|--|-----|
| Figura 26- Esquema da habitação de tipo t3. | 444 |
| Fonte: Autora. | |
| Figura 27- Esquema da habitação de tipo t4. | 444 |
| Fonte: Autora. | |
| Figura 28- Vista geral do conjunto habitacional. | 466 |
| Fonte: Autora. | |
| Figura 29- Planta de implantação do empreendimento..... | 477 |
| Fonte: Câmara Municipal da Guarda. | |
| Figura 30- Alçado de um dos blocos. | 488 |
| Fonte: Autora. | |
| Figura 31- Plantas de Pisos de rés do chão dos blocos 35 (a), 36 (b) e 37 (c). | 499 |
| Fonte: Autora. | |
| Figura 32- Plantas dos primeiros e segundos pisos dos blocos 35 (a), 36 (b) e 37 (c). | 50 |
| Fonte: Autora. | |
| Figura 33- Plantas dos terceiros pisos dos blocos 35 (a), 36 (b) e 37 (c). | 508 |
| Fonte: Autora. | |
| Figura 34- Vista de um dos edifícios. | 522 |
| Fontes: http://www.domitianus.com/per-calhariz-de-benfica.html (acedido pela ultima vez em 05/05/2017). | |
| Figura 35- Imagens onde são visíveis algumas das aberturas nos volumes, assim como os espaços exteriores e como funciona o acesso aos volumes. | 533 |

Fontes: <http://www.domitianus.com/per-calhariz-de-benfica.html> (acedido pela ultima vez em 05/05/2017).

Figura 36- Esquema elaborado pela autora, com base numa planta tipo, mostrando a distribuição de tipologias. 544

Fonte: Autora.

Figura 37- Vista do edifício a partir da Travessa Sargento Abílio. 555

Fonte: <http://www.domitianus.com/per-calhariz-de-benfica.html> (acedido pela ultima vez em 05/05/2017).

Figura 38- Esquema elaborado pela autora do bloco-tipo t2-t2 e da distribuição de funções do mesmo. 566

Fonte: Autora.

Figura 39- Esquema elaborado pela autora do bloco-tipo t3-t4 e da distribuição de funções do mesmo. 566

Fonte: Autora.

Figura 40- Imagem ilustrativa das fabricas na época. 599

Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/6939.html> (acedido pela última vez em 15/06/2017).

Figura 41- Industria dos lanifícios noas finas dos anos 40 do século XX. 60

Fonte: <http://pj1966.wixsite.com/cidadedacovilha/fbricas-antigas>. (acedido pela ultima vez em 05/06/2017).

Figura 42- Edifícios do Bairro Municipal. 633

Fonte Autora.

Figura 43- Imagens do Bairro da Alegria. 633

Fonte Autora.

Figura 44- Imagens de primeira e segunda fase do Bairro dos Penedos Altos, a e b, respectivamente. 644

Fonte: Autora.

Figura 45- Vistas do Bairro do Rodrigo. 655

Fonte: Autora.

Figura 46- Edifícios do Bairro da Estação. 655

Fonte: Autora.

Figura 47- Edifícios do Bairro da Biquinha. 666

Fonte: Autora.

Figura 48- Habitações do Bairro 1º de Maio. 677

Fonte: Autora.

Figura 49- Edifícios do Bairro da Alâmpada. 677

Fonte: Autora.

Figura 50- Edifícios do Bairro das Nogueiras. 688

Fonte: Autora.

Figura 51- Edifícios do Bairro do Cabeço. 688

Fonte: Autora.

Figura 52- a) Acesso às habitações; b) Habitação do bairro. 699

Fonte: Autora.

Figura 53- Local de implantação da proposta. 733

Fonte: Autora.

Figura 54- Imagem aérea aonde é visível a envolvente do terreno a trabalhar.777

Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Covilh%C3%A3/@40.2717249,-7.4945028,359m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd3d23bbb6057739:0xab584889c7c49cbb!8m2!3d40.2804158!4d-7.4922407> (acedido pela ultima vez em 15/06/2017).

Figura 55- Esquissos da evolução da forma.788

Fonte: Autora.

Figura 56- Junção das diferentes volumetrias.799

Fonte: Autora.

Figura 57- Esquisso que mostra o estudo da malha do alçado. 8080

Fonte: Autora.

Figura 58- Esquisso da ideia base das habitações. 81

Fonte: Autora.

Figura 59- Esquisso da relação quartos/wc.822

Fonte: Autora.

Figura 60- Esquisso da ideia base dos quartos.833

Fonte: Autora.

Lista de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1- Tabela síntese do programa habitacional para Alvalade..... | 18 |
| Tabela 2- Numero de divisões por fogo e por tipo de habitação..... | 20 |
| Tabela 3- Áreas base para cada tipologia..... | 71 |
| Tabela 4- Programa proposto..... | 71 |
| Tabela 5- Número de lugares de estacionamento necessários..... | 71 |
| Tabela 6- Áreas finais do Bloco A..... | 73 |
| Tabela 7- Áreas finais do Bloco B..... | 73 |
| Tabela 8- Áreas finais do Bloco C..... | 73 |

Lista de Acrónimos

| | |
|---------|--|
| HE-FCP | Habitacões Económicas - Federação de Previdência |
| CMC | Câmara Municipal da Covilhã |
| INH | Instituto Nacional da Habitação |
| SAAL | Serviço Ambulatório de Apoio Local |
| PUGC | Plano de Urbanização da Grande Covilhã |
| GTH | Gabinete Técnico de Habitação |
| FENACHE | Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica |
| IGAPHE | Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado |

1- INTRODUÇÃO

1.1 Justificação do tema

A habitação social é um tema sempre atual, talvez ainda mais em épocas de crise económica como a que o país atravessa. A sua conceção advém da problemática em torno das condições pouco condignas que as habitações no início do século XX apresentavam, como as ilhas do Porto e as denominadas vilas em Lisboa onde viviam famílias com menos recursos monetários. Estas habitações não tinham bom aparência e conseqüentemente não eram bem aceites pela restante sociedade. São então criadas as atualmente intituladas habitações sociais, com o intuito de realojar estas pessoas, proporcionando condições condignas e rendas reduzidas, adaptadas aos seus vencimentos.

A Covilhã cedo se tornou uma cidade operária, ganhando ao longo dos anos importância no setor dos lanifícios no mercado nacional, isto levou a que muitas pessoas se mudassem para a Covilhã para trabalhar nas fábricas. Foi então necessário criar novas habitações para os trabalhadores, levando à criação dos primeiros bairros sociais da Covilhã, localizados perto das fábricas. Após o auge do Lanifícios, o setor foi decrescendo e as instalações foram fechando, o que levou ao aumento do desemprego entre as famílias, levando à procura de novos empregos. A precaridade não se alterou e ao longo dos anos foi necessário continuar a construir mais habitação social. Estes complexos continuaram a não ser aceites pelas pessoas que não habitam neles, pois são muitas vezes pouco cuidadas e carecem de segurança. Estes aspetos negativos foram desde muito estudados para serem evitados assim como o habitat do apartamento/casa foi estudado, para perceber como os habitantes se apropriam da casa e aprender com esse mesmo estudo para um próximo projeto.

Através destes estudos, a habitação social hoje funciona melhor, está mais adaptada ao sujeito, os espaços são melhor pensados e o cariz negativo, atribuído pela sociedade a este tipo de habitações, está a diminuir. É possível observar hoje casos em que as habitações são cuidadas pelos proprietários assim como os espaços comuns, e quem não conhece o edifício não o consegue identificar como habitação de cariz social, por estar tão bem inserido e desenhado, sempre de acordo com todas as regras necessárias.

Esta dissertação apresenta-se como uma tentativa de igualar este tipo de habitação com as de outros níveis sociais, levando à inserção e interação dos residentes locais com a restante população. Pretende-se também criar um conjunto de espaços que sejam utilizados não apenas pelos residentes do complexo, mas também pelos restantes habitantes da cidade.

Para que isto seja possível, o local a implementar o projeto situa-se numa zona de expansão da cidade da Covilhã, onde já moram famílias de diferentes níveis sociais e monetários, tornando assim uma interação de ambas as partes mais facilitada.

1.2 Estrutura da Dissertação

A presente dissertação estrutura-se em quatro pontos. Inicia-se com uma abordagem à habitação social, onde é descrita um pouco da sua história, o porquê de ter sido criada e como foi evoluindo. Neste ponto são analisados dois bairros que são marcos na história portuguesa da habitação social, o Bairro de Alvalade, muitas vezes referenciado tanto em Portugal como no estrangeiro, e o Bairro da Malagueira, uma das obras mais mencionadas de Siza Vieira.

No segundo ponto analisam-se casos mais particulares, ou seja, edifícios de habitação social. Começa-se por analisar o edifício intitulado como ‘Travessa dos Salgueiros’ do gabinete de arquitetura AVA. Este edifício data de um concurso de 1997, tendo começado a sua edificação apenas em 2002 até ser concluído em 2007. O volume assume um grande destaque na cidade do Porto, não só devido ao local onde está construído, mas também devido à sua forma que se destaca de todas as circundantes. O segundo edifício que foi analisado intitula-se como ‘Bairro da Seara’ situado em Matosinhos. Foi desenvolvido pelo arquiteto João Álvaro Rocha com o qual foi distinguido com o Prémio de Arquitetura Vale da Gândara, promovido pela Ordem dos Arquitetos. De seguida foi analisado um projeto do arquiteto Paulo Tormenta Pinto inserido no programa especial de realojamento na Zona do Calhariz em Benfica. Por fim analisou-se um edifício de Siza Vieira, construído na cidade da Guarda e intitulado Empreendimento Monte Miranda.

O terceiro ponto da dissertação é dividido em duas partes. Inicialmente foi feita não só uma contextualização sobre o tema da habitação social na cidade Covilhã como são apresentados alguns bairros, sendo por fim apresentado o programa a cumprir para a futura proposta.

No quarto ponto é apresentada a proposta da autora, com a respetiva memória descritiva.

1.3 Metodologia

Para a elaboração desta dissertação foi feito um breve estudo do histórico da habitação social em Portugal de modo a contextualizar o tema e se perceber o porquê da sua existência. De seguida foram estudados dois casos de bairros criados de raiz, que não são obrigatoriamente constituídos apenas por habitações de cariz social, e que são exemplos a seguir pelo seu bom funcionamento. Desde a sua criação que continuam a fazer parte de muitos casos de estudo devido à sua importância na compreensão do funcionamento da habitação social.

Posteriormente tornou-se relevante aprofundar a temática, elaborando-se assim um estudo de quatro edifícios em particular. Nestes edifícios são estudados tópicos como a sua implantação, as suas fachadas e a organização espacial das tipologias, para que assim haja uma tentativa de compreensão das razões e motivos que levaram ao desenvolvimento dos projetos num determinado sentido.

Consequentemente após estes estudos foi possível apresentar uma proposta de habitação social para a cidade da Covilhã. Para a elaboração da mesma foi necessário fazer uma contextualização sobre o tema da habitação social na cidade da Covilhã, procedendo-se ao estudo dos seus bairros de modo geral.

1.4 Objetivos

Tem-se como um dos objetivos na execução da presente dissertação compreender o como e o porquê de a habitação social ter surgido em Portugal e o porquê do seu papel se revelar de grande importância ao longo dos anos.

Outro objetivo é compreender como algumas habitações, apresentados como casos de estudo, funcionam de modo a entende-las melhor e perceber o porquê de algumas soluções presentes nas mesmas. Tem-se também como objetivo a compreensão dos aspetos que podem levar a que uma construção deste tipo funcione bem, ou seja, que seja cuidada pelos seus moradores, e os aspetos que podem levar a que funcione mal, consequentemente levando à degradação dos espaços assim como a má convivência entre os habitantes.

Consequentemente é apresentada uma proposta de um conjunto habitacional onde se irá aplicar o que foi estudado, apresentando uma proposta de habitação social.

1.5 Estado de Arte

Existem diversos estudos e projetos relacionados não só com o tema desta dissertação, a habitação social, mas também com a habitação e os modos de habitar. É de mencionar que o tema habitação social, é um tema igualmente estudado no campo da sociologia, devido aos relacionamentos entre os moradores e ao modo como a habitação se desenvolve.

Como exemplo de estudos, com uma visão sociológica, tem-se Sandra Marques Pereira, autora do livro 'Casa e mudança social - uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa'¹ onde trata os modos de vida contemporâneos e os modos de habitar assim como as suas variações ao longo das últimas décadas

Nuno Teotónio Pereira considerado o pai da habitação social, formou-se em arquitetura na escola de Belas Artes de Lisboa e desde cedo se mostrou interessado por este tema. É autor e co-autor de diversas obras e projetos². A integração e a não criação de guetos eram duas das suas ideias chave para a arquitetura pela qual trabalhou durante toda a sua vida. Defendia uma habitação para todos e aquando consultor de habitações económicas na federação das caixas de providência (1948-1972) trabalhou para a concretização destes mesmos ideais. Teotónio Pereira defendia que era necessário construir sem preconceitos e com pureza de intenções, a principal preocupação teria de ser construir bem, tendo procurado sempre a humanização na sua arquitetura.

Dedicou-se ao estudo da habitação social, produzindo várias contribuições para a mesma. Em 1948 apresentou em conjunto com Costa Martins uma tese³ sobre o entendimento da exclusão social, tendo proposto soluções à escala da cidade e do território. Enquanto arquiteto consultor na Federação das Caixas de Previdência - Habitações Económicas, entre 1948 e 1971, desenvolveu diversos conjuntos de habitação social e económica, sendo o bloco das Aguas Livres uma obra de referência. Propôs em Olivais-Norte um conjunto de torres e bandas com uma organização espacial inovadora onde participavam também artistas plásticos, mais tarde em 1968 recebe um prémio pelo projeto. Desenvolveu mais projetos por todo o país.

Ao referir quem trabalha sobre o tema da habitação é importante mencionar o arquiteto e colega de longa data de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas. Durante o seu percurso profissional trabalhou diversas vezes com Teotónio Pereira tendo começado esta colaboração ainda antes deste acabar os estudos na escola de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Desenvolveu também diversos estudos sobre o papel social da arquitetura⁴. Afirmava que era

¹ PEREIRA, Sandra Marques. Casa e mudança social; Caleidoscópio; Sintra, 2012.

² <http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/prjobr/prjobr.htm> (acedido pela última vez em 03/06/2017).

³ Pereira, Nuno Teotónio e Martins, M. Costa; Habitação económica e reajustamento social; comunicação apresentada no 1º Congresso Nacional de Arquitectura; SNA; 1948

⁴ PORTAS, Nuno. A habitação social - proposta para a metodologia da sua arquitetura (2 volumes); FAUP Publicações; Porto, 2004.

necessário a transformação social para incentivar a redefinição da arquitetura, tal como Teotónio Pereira eram contra a ideia de criação de um estilo arquitetónico nacional.⁵

Chegou a trabalhar como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo durante alguns governos provisórios, tendo fomentado a criação de cooperativas de habitação e de gabinetes de apoio local. Criou o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) que viria a ser o maior projeto habitacional de Portugal. Logo após o fim da ditadura Nuno Portas propôs esta iniciativa de modo a resolver o grande problema habitacional em Portugal nos bairros mais pobres. Em conjunto com a população eram recuperadas habitações e criadas outras de raiz, este serviço movimentou assim milhares de pessoas que de início desconfiavam de tal façanha por parte do estado. É importante também referir que uma das principais premissas do SAAL consistia em que apenas as populações poderiam pedir a criação de bairros para elas mesmas. Através deste movimento de resolução dos problemas habitacionais em Portugal, a situação habitacional nacional foi exposta para o estrangeiro assim como o seu método de resolução que chamou à atenção.⁶

Como obra escrita, destaca-se o livro 'Funções e Exigência das Áreas de Habitação'⁷ onde mostra um estudo sobre a necessidade de melhoramentos das áreas nas habitações de forma a adotarem-se as tarefas dos ocupantes. É apresentada uma análise monográfica das atividades numa habitação de modo a refundamentar os quadros de áreas mínimas parcelares.

Existem diversos nomes relacionados com a habitação social, entre eles o nome de António Batista Coelho. Arquiteto autor de diversos livros e artigos sobre o tema do habitar e da habitação, assim como sobre cidades humanizadas e a humanização do habitar⁸. Trabalha no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a partir do qual publicou diversos livros sobre habitação⁹. É fundador do Grupo Habitar e membro da comissão técnica da Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE).

⁵ ALVES, João Carlos Teixeira; Arquitetura de intervenção repensando o papel social do arquiteto através de modelos alternativos de prática; Dissertação apresentada à Universidade do Porto para obtenção do grau de mestre em Arquitetura; Universidade do Porto, 2014; p.27.

⁶http://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portuguese_s.html (acedido pela última vez a 19/07/2017).

⁷ PORTAS, Nuno. Funções e exigências de áreas da habitação; LNEC; Lisboa, 1996.

⁸ COELHO, António Baptista; COELHO, Pedro Baptista; Habitação de interesse social em Portugal 1988-2005; Livros Horizonte, Lisboa 2009.

COELHO, António Baptista; Habitação Humanizada; LNEC, Lisboa, 2008.

COELHO, António Baptista; Entre casa e cidade, a humanização do habitar; LNEC, Dafne editora, Porto, 2009.

⁹ COELHO, António Baptista; Habitação Humanizada; LNEC, Lisboa, 2008.

Associado a este tema está também o arquiteto João Pedro Branco que também desenvolveu e publicou diversos trabalhos sobre o tema do habitar¹⁰. Publicou estudos sobre a dimensão do mobiliário e do equipamento de habitação de modo a perceber as áreas que são necessárias para o mesmo numa habitação, assim como estudou e publicou trabalhos com o tema de exigências e áreas mínimas do espaço na habitação¹¹.

Apresenta-se também aqui o trabalho da arquiteta Ana Tostões que para além da sua vasta publicação de livros e artigos¹², entre eles diversos textos sobre Nuno Teotónio Pereira e sobre habitação. É presidente do DOCOMOMO internacional, uma organização que tem como principal função a documentação e conservação de edifícios e locais do movimento moderno.

Muitos arquitetos trabalharam sobre o tema da habitação social, seja pela via da prática ou da análise teórica. Diversos nomes podem ser enumerados, Nuno Teotónio Pereira, como já foi referido, Álvaro Siza Vieira que esteve responsável pelo bairro da bouça, no porto e pelo bairro da Malagueira no distrito de Évora, bairros estes que lhe abriram portas para trabalhar no estrangeiro, Bartolomeu Costa Cabral, que trabalhou em conjunto com Nuno Teotónio Pereira na construção de habitação social para Olivais-Sul e no Bloco que Aguas Livres, em Lisboa, que hoje é considerado como monumento de interesse público¹³. O arquiteto Gonçalo Byrne também se deve referir, conjuntamente com o arquiteto Reis Cabrita pois desenharam o edifício conhecido como 'pantera cor de rosa' em Chelas, Lisboa, e desenhou ainda o Conjunto residencial Casal das figueiras, dentro do projeto SAAL.

Outros arquitetos serão tidos como referencia em projetos de habitação social, a saber Miguel Saraiva, Paulo Tormenta Pinto.

COELHO, António Baptista; CABRITA, António Reis; Espaços exteriores em novas áreas residenciais; LNEC; Lisboa, 1999.

COELHO, António Baptista; CABRITA, António Reis; Habitação evolutiva e adaptável; LNEC; Lisboa, 2009.

COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco; Do bairro e da vizinhança à habitação: tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais; LNEC; Lisboa, 1998.

¹⁰ PEDRO, João Branco. Programa habitacional: Habitação; LNEC; Lisboa, 2002.

PEDRO, João Pedro. Programa habitacional: vizinhança próxima; LNEC; Lisboa, 2002.

PEDRO, João Pedro. Programa habitacional: espaços e compartimentos; LNEC; Lisboa, 2002.

PEDRO, João Pedro. Programa habitacional: edifício; LNEC; Lisboa, 2002.

¹¹ PEDRO, João Pedro. Programa habitacional: espaços e compartimentos; LNEC; Lisboa, 2002.

PEDRO, João Pedro. Programa habitacional: espaços e compartimentos; LNEC; Lisboa, 2002.

¹² TOSTÕES, Ana; - Nuno Teotónio Pereira, um realismo sem precedentes na arquitectura e na vida. Estudo Prévio. Lisboa: CEACT/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

TOSTÕES, Ana - Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira. Lisboa: Quimera, 2004.

TOSTÕES, Ana - Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. Porto: FAUP, 1997

¹³ <https://www.publico.pt/2012/08/14/culturaipilon/noticia/o-predio-que-simboliza-a-vida-moderna-lisboa-foi-classificado-1559041> (acedido pela última vez em 03/06/2017)

2. HABITAÇÃO EM PORTUGAL

No presente capítulo apresenta-se de forma breve a história e a evolução da construção de habitação de carácter social em Portugal. Aborda-se o início do século XIX aquando o grande problema do crescimento demográfico, referem-se as ilhas do Porto e as vilas de Lisboa. Posteriormente refere-se a criação de algumas cooperativas que existiram assim como os seus respetivos trabalhos. Na segunda parte, são apresentados dois bairros intemporais e importantes para história deste tipo de habitação, o Bairro de Alvalade e o Bairro da Malagueira.

2.1 Contextualização histórica

No final do século XIX ocorreu uma forte explosão demográfica nas principais cidades portuguesas. As estruturas das cidades não estavam preparadas para este tipo de crescimento habitacional e surgiu a necessidade de criar uma resposta ao problema, principalmente no que diz respeito a famílias de baixos recursos. A resposta começou por ser dada pelos setores privados, tirando usufruto de terrenos desvalorizados e assim rentabilizar dinheiro, infelizmente na maioria dos casos, estas habitações apresentavam habitações com fracas condições de salubridade ¹⁴

No Porto, entre os anos de 1899 e 1905 contruíram-se cerca de 95 fogos para a população operária. Eram elaborados com poucos recursos numa parceria da câmara municipal do Porto com o jornal “O Comércio do Porto”.¹⁵ Mais tarde, no início do século XX, em 1939, os alojamentos continuavam bastante precários, existiam mais de 1100 ilhas¹⁶, onde estavam construídas cerca de 13000 casas e viviam mais de 45000 habitantes, ou seja, cerca de 17% da população portuense na altura. Enquanto isto, em Lisboa, em 1979 eram contabilizadas 350 vilas.¹⁷



Figura 1- Exemplo de ilha no início do século XX.

¹⁴ VASCONCELOS, Cristina Neyra Brandão de; *Evolução social e transformação do espaço doméstico no bairro social do arco do cego em Lisboa*; Dissertação apresentada à universidade técnica de Lisboa para obtenção de grão de mestre em arquitetura, Universidade técnica de Lisboa; Lisboa, 2010; p.23

¹⁵ COELHO, António Batista; *20 Anos a promover a construção de habitação social*, Instituto Nacional de Habitação, 2004; p.40

¹⁶ “As “ilhas” consistiam em filas de pequenas casas de um único piso, geralmente com áreas que não excediam os 16m², construídas nos quintais de antigas habitações burguesas. Nestas casas pequenas e insalubres viviam famílias inteiras (...) não tinham abastecimento de água e os sanitários comuns a todos os seus habitantes.” Cit. TEIXEIRA, Manuel C. “ As estratégias de Habitação em Portugal, 1880- 1940”, in *Análise Social*, Vol, XXVII, nº 115, 1992, in ABREU, Paula Cristina da Cruz in *Casas económicas do Estado Novo, Os bairros sociais da Covilhã*, Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para a obtenção de grão de mestre em arquitetura, Universidade da Beira Interior; Covilhã; 2010; p.14

¹⁷ COELHO, António Batista; *20 Anos a promover a construção de habitação social*, Instituto Nacional de Habitação, 2004; p.40

É mais tarde que no Porto se dá início à construção de interesse social com apoios públicos, começou-se por construir cerca de 300 fogos distribuídos por pequenos bairros municipais. Estas construções tiveram como objetivo atenuar o problema da falta de habitações condignas na altura e o facto de nesta altura existirem milhares de edifícios sobre ocupados.

Aquando os inícios da promoção da habitação apoiada pelo estado aconteceram problemas como o prolongamento das obras que em alguns casos se arrastaram por 20 anos. Estas primeiras habitações consistiam em pequenas habitações multifamiliares e unifamiliares dispostas em banda ou geminados, esta forma de construir levava a que fossem formadas pracetas que albergavam equipamentos coletivos. Aquando a construção destas habitações foram também criados troços de cidade, resultado da continuidade das zonas de expansão urbana. Foram também definidos os espaços urbanos e residenciais. A definição destas zonas teve como resultado zonas bem definidas e identificáveis, com misturas tipológicas interessantes dispostas em edifícios de altura baixa e com zonas centrais equipadas como anteriormente foi referido.¹⁸ A principal preocupação do estado era acima de tudo dar solução ao problema da salubridade, grande problemática da época, para isso foi também trabalhado o controlo sanitário, algo que já acontecia em outras cidades europeias.¹⁹

Em 1918 deu-se início ao primeiro bairro social de Lisboa, o Bairro do Arco do Cego, a construção do mesmo estendeu-se até 1935 com períodos de paragens das obras. Desenvolve-se à volta do liceu D. Filipa de Lencastre e é constituído por quase 500 fogos com diversas tipologias.²⁰ É um bairro com uma escala verdadeiramente urbana, possui bastantes espaços para equipamentos, pequenos jardins e pracetas.

¹⁸ COELHO, António Batista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004; p.41.

¹⁹ CARVALHO, Ricardo; A cidade social. Impasse. Desenvolvimento. Fragmento; Universidade Autónoma de Lisboa; tinta-da-china edições, 2016; p122.

²⁰ COELHO, António Batista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004; p.41.



Figura 2- Bairro do Arco do Cego

O bairro social da Ajuda teve a sua construção iniciada também em 1918, mas foi inaugurado apenas em 1937, já durante o Estado Novo. Este bairro caracteriza-se também por possuir um grande sentido urbano e muitos equipamentos coletivos, os seus edifícios são compostos por tipologias densas de edifícios multifamiliares com quintais privativos posteriores.²¹

O Estado Novo assume o papel de responsável pela escolha das instituições, projetistas e todas as restantes seções necessárias para o desenvolvimento das novas habitações²², iniciou-se assim a fase das “casas económicas”. Agora foram deixadas para trás as soluções multifamiliares utilizadas anteriormente e foram criados bairros com moradias em banda ou geminadas. Estes bairros começaram a ser construídos a partir dos anos 30 do século XX até inícios dos anos 40 do mesmo século. As suas habitações eram pequenas e eram marcadas por aspetos de funcionalidade doméstico. Um bom exemplo destes bairros é o bairro da Encarnação, em Lisboa, com cerca de 1100 fogos.²³

²¹ COELHO, António Batista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004; p.42.

²² CARVALHO, Ricardo; A cidade social. Impasse. Desenvolvimento. Fragmento; Universidade Autónoma de Lisboa; tinta-da-china edições, 2016; p.124.

²³ COELHO, António Batista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004; pp.42-43.



Figura 3- Planta do Bairro da Encarnação da autoria do Arquiteto Paulino Montez

Estes bairros caracterizavam-se por possuírem o mínimo de equipamentos comerciais, sociais e religiosos, algo que não acontecia anteriormente. Eram bairros periféricos, com muitos espaços privados, como os tradicionais “bairros jardim” do norte da Europa. Um exemplo destes bairros jardim acontece no Bairro do Restelo, em Lisboa, constituído por pequenos edifícios unifamiliares de habitação social e por grandes moradias de luxo. Já no Porto os bairros de casas económicas foram realizados entre 1935 e 1965, seguiam a mesma lógica de habitações unifamiliares embora que o último bairro a ser construído, o do Viso, possui já habitações multifamiliares.²⁴

Com o final de II Guerra Mundial, foi possível observar a falta de desenvolvimento do país assim como as necessidades habitacionais do mesmo, para responder a este problema criou-se em 1946 o HE-FCP, uma entidade equipada e orientada para a promoção habitacional mais urbana, esta entidade reuniu um grupo restrito de arquitetos e encomendava os seus projetos aos mesmos. Foi uma entidade importante durante o tempo em que atuou, até 1972, altura em que foi substituída pelo Fundo de Fomento e Habitação, entre outras publicações destaca-

²⁴ COELHO, António Batista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004; p.44.

se um conjunto útil de cadernos técnicos de estudo e investigação sobre a problemática habitacional onde também eram abordados aspetos normativos e pormenorização.²⁵

É de referir que a criação do HE-FCP se conjugou com a criação do Bairro de Alvalade em Lisboa, bairro este ainda hoje muito admirado e estudado. Passados tantos anos da sua construção é ainda considerado inovador e bem programado e até um dos melhores conjuntos residenciais urbanos da Europa. É organizado por células e constituído por edifícios multifamiliares, estando também em destaque os espaços naturais muito marcados e a escala de usos humanos e urbanos bem trabalhada. É importante referir que nesta fase tentou-se alargar os usos da habitação social para as classes médias, que possuíam também grandes carências habitacionais.

Foi durante o decurso do HE-FCP que foi também possível fazer algumas experiências na arquitetura portuguesa, sendo o responsável por algumas experiências modernistas, exemplo disso foi o Bairro do Ramalde em Lisboa, onde se trabalha o modelo de cidade composta por quarteirões. O mesmo acontece no bairro de Olivais, seguidor das ideias do bairro de Ramalde, aqui foram valorizados os excelentes blocos multifamiliares e criadas boas relações com o verde urbano circundante. Tem-se também o exemplo do bairro de Olivais Norte, criado pelo Gabinete Técnico de Habitação (GTH) no final dos anos 60, onde também estão presentes bons exemplos de arquitetura modernista em Portugal e onde está presente uma boa organização urbanística, ainda hoje é um destaque. Este bairro destaca-se também pela integração do tráfego de peões e veículos, para além de integrar diferentes grupos sociais no mesmo bairro de forma harmoniosa.²⁶



Figura 4- Bairro de Olivais-Norte, em Lisboa

²⁵ COELHO, António Batista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004; p.45.

²⁶ Ibidem; pp.46-47.

Depois destes exemplos de bons resultados é importante referir que nem todos os projetos correram bem, resultados menos positivos estão ligados a projetos de má qualidade ligados a concursos em que o projeto foi elaborado pelo empreiteiro da obra.

Alguns problemas resultaram também pelo facto de não ter havido o cuidado suficiente aquando o tratamento das necessidades e exigências urbana, em alguns casos passou a ser privilegiada o tráfego automóvel e o pedonal ficou esquecido, alguns problemas passaram também pela integração social que passou a ser menos natural.²⁷

O Bairro de Chelas, da responsabilidade do Gabinete Técnico da Habitação, não teve a mesma qualidade urbana e residencial anteriormente referida em Olivais, a sua construção ficou marcada pelo processo demasiado lento e traumático, os edifícios possuem uma escala inadequada para o local, assim como as questões de vizinhanças residenciais foram mal trabalhadas. Em Chelas a grande homogeneidade social tornou-se também perigosa para o bom funcionamento do bairro. Em conclusão pode-se dizer que o bairro de Chelas teve um triplo problema como afirma Antónia Batista Coelho, “(...) foi um triplo problema de dimensão, gestão e conceção que se estendeu, embora com contornos diversos e, frequentemente, menos críticos, a outras intervenções urbanas com dimensão significativa que, desde então, têm vindo a ser desenvolvidas no país.”²⁸

²⁷ Ibidem; pp.53-54

²⁸ Ibidem; p.55.

2.2- Bairros intemporais

2.2.1- Bairro de Alvalade

O bairro de Alvalade faz parte do plano de urbanização desenvolvido pelo HE-FCP, entidade que tem como função a promoção habitacional em Portugal²⁹. Inicialmente o plano desta zona era denominado de Plano de Urbanização da zona Sul da Avenida Alferes Malheiro, e posteriormente o nome do lugar ganhou mais destaque ao passar a ser chamado de Plano de Urbanização do Sítio de Alvalade. O trabalho de urbanização foi feito pelo arquiteto João Faria da Costa. A urbanização, com cerca de 70 anos é ainda hoje considerado um bairro inovador, aqui existem diferentes tipos de habitação destinados a diferentes grupos sociais. Está bem guarnecido de equipamentos coletivos e serviços, algo que era difícil encontrar na altura da sua construção, fator este relevante para que hoje seja considerado como uma área consolidada da cidade de Lisboa assim como uma área bem qualificada.³⁰

Alvalade possui quatro fronteiras virtuais, a norte a Avenida do Brasil e a sul a linha de caminhos-de-ferro, já a poente é limitada pelo Campo Grande e a nascente pela Avenida Almirante Gago Coutinho, tem uma área de 230ha e foi programado para alojar cerca de 45000 habitantes num total de 12000 fogos. Para além de um bairro é um “enigma”, pois Alvalade não vive como os restantes bairros, Alvalade é uma “cidade viva”³¹.

Autores afirmam que o segredo está no desenho do bairro, que é constituído por largas vias pedonais e onde os logradouros são tratados como espaços semipúblicos ao invés de anexos das habitações. É possível observar que o plano organizacional do bairro apresenta várias influências que foram bastante usadas no início do século XX, tem uma distribuição moderna onde é pensado também o tema da vizinhança para além do tema da habitação, sendo que o tema da organização distributiva das funções e equipamentos não foi tratado de forma menos importante.

As redes viárias foram hierarquizadas através dos diferentes tratamentos que lhes foram atribuídas, desde avenidas, a ruas, e caminhos somente pedonais. Foram criadas três vias de grande importância, em que duas delas delimitam o terreno e a terceira é a importante Avenida dos Estados Unidos da América, que é a via da circunvalação. Já no interior de Alvalade os quarteirões são organizados segundo três vias principais, estas são a Avenida de

²⁹ COELHO, António Batista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004. p.45

³⁰ ALEGRE, Alexandra. Casas de Rendas Económicas das células I e II do Plano de Urbanização de Alvalade - 1º Experiencia de Urbanização Integral; Construção 2001 - Congresso Nacional da Construção, Lisboa; 2001; p.1

³¹ Ibidem, pp. 1-3.

Roma, a Avenida da Igreja e a Avenida do Rio de Janeiro. Estas seis vias delimitam os espaços, criando assim 8 células distintas.³²

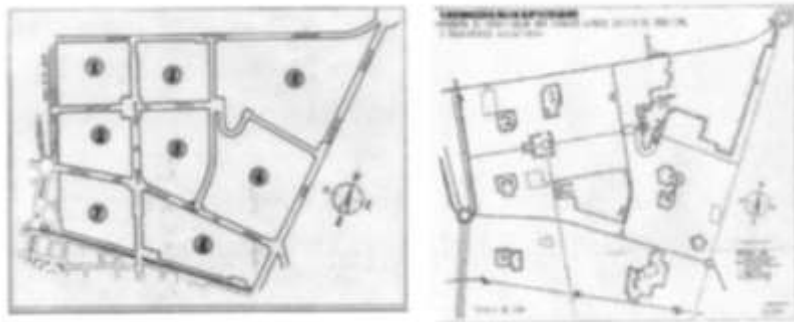


Figura 5- Quarteirões do Bairro de Alvalade

Os pequenos núcleos de habitação foram projetados através de um elemento central, a escola primária, e é ao redor dela que todo o bairro se desenvolve. Para melhor controlo da dimensão e funcionamento do bairro foi definido que as habitações dos quarteirões ficariam no máximo a uma distância de 500 metros do seu ponto central, assim como a ligação ao mesmo seria facilitada, criando percursos pedonais que cortam os logradouros das habitações de modo a encurtar os itinerários.



Figura 6- Plano de urbanização do sitio de Alvalade

³² COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu. *Bairro de Alvalade: Considerações Sobre o Urbanismo Habitacional*, vol. 1, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 1997, p.34.

Como anteriormente já foi referido, os logradouros neste bairro não são tratados como habitualmente costumam ser, aqui são entendidos como grandes espaços exteriores comuns que têm como destino o desfrute dos habitantes de Alvalade. Do mesmo modo que as distâncias foram pensadas em relação ao ponto central, também foram pensadas em relação aos equipamentos e espaços de lazer. Estes foram distribuídos de modo a que para chegar até eles não fosse necessário percorrer uma grande distância e que essa distância fosse facilmente percorrível, dando deste modo vida ao bairro, trazendo a população para o exterior e permite um maior convívio entre os habitantes uma vez que os equipamentos e espaços que procuram se encontram perto e são de fácil acesso. É de referir que ao fazer a distribuição dos equipamentos do bairro, teve-se o cuidado de em cada quarteirão propor um equipamento infantil como elemento central, proporcionado um acesso rápido e seguro às crianças.

Pode-se encontrar uma qualidade urbanística de relevo no desenho do bairro, mas também nos espaços com bastante vegetação que suavizam o grande volume de construção. Aqui a escala humana é observada, assim como a hierarquização dos espaços verdes.

Aquando do desenho do bairro, foram pensadas as formas de acessibilidade a Alvalade através de transportes coletivos, propondo-se assim que a linha de caminhos-de-ferro que ligava Campolide a Sacavém, passasse na Avenida de Roma. Foi também proposta a utilização de carros elétricos, que era um meio de transporte que exigia menos custos à sua exploração e por fim foi proposto a utilização de autocarros, que era uma mais-valia por ser mais cómodo, mas em contrapartida exigia mais custos na sua exploração. Com a passagem dos anos, o número de automóveis a circular aumentou e hoje em dia o bairro sofre de uma carência de lugares próprios para estacionamento.³³

O programa.

No programa, e posteriormente no projeto, eram propostas habitações para diferentes estatutos sociais. Eram pedidas habitações coletivas para rendas económicas, habitações coletivas de renda não limitada, moradias unifamiliares de renda económica e moradias unifamiliares de renda não limitada. Estes tipos de habitações diferentes foram trabalhados por células correspondendo cada uma a um público-alvo.³⁴

³³ COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu. *Bairro de Alvalade: Considerações Sobre o Urbanismo Habitacional*, vol. 1, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 1997, pp.36-37.

³⁴ *Ibidem*; p.36.

| Tipo | N. fogos | N. habitantes | Média por fogo |
|--|--------------|------------------|-------------------------|
| Habitções coletivas de renda económica | 7 470 Fogos | 31374 Habitantes | 4,2 Habitantes por fogo |
| Habitções coletivas de renda não limitada | 2 500 Fogos | 9 500 Habitantes | 3,8 Habitantes por fogo |
| Moradias unifamiliares de renda económica | 530 Moradias | 2 000 Habitantes | 3,8 Habitantes por fogo |
| Moradias unifamiliares de renda não limitada | 660 Moradias | 2 500 Habitantes | 3,8 Habitantes por fogo |

Tabela 1- Síntese do programa habitacional para Alvalade.

As células 1, 2 e 5 eram compostas por zonas de habitação de renda económica, a célula 3 era constituída por uma zona comercial e zona de artesanato, a célula 4 constituída por uma zona habitacional de moradias, a célula 6 é uma zona habitacional, a 7 é o Bairro de S. Miguel, na célula 8 temos a zona comercial entre o bairro de S. João de Deus e a Avenida de Roma e uma zona habitacional. Neste conjunto podemos também definir como células o conjunto habitacional da Avenida D. Rodrigo da Cunha e o conjunto habitacional da Avenida Rio de Janeiro, Praça da Igreja, entre outras. Posteriormente serão abordadas as células de 1 a 8.³⁵

Depois de vários problemas existentes, como a aquisição dos terrenos e o dinheiro para a obra, começou-se por construir o bairro por fases, sendo primeiro erguidas as células 1 e 2. O início das obras neste ponto teve como objetivo uma atenuação da carência habitacional de baixos custos existente na época, e ao mesmo tempo a possibilidade de iniciar a remodelação da zona central da cidade.³⁶

As células 1 e 2 localizam-se a norte, onde foi proposta a construção de 2066 habitações, sendo estas habitações distribuídas por 302 edifícios, que variavam entre os 3 e 4 pisos de altura. Estes edifícios não possuíam elevadores e a sua construção foi feita segundo quatro empreitadas.³⁷

Os edifícios projetados para o bairro eram trabalhados segundo a morfologia de bloco com uma planta retangular, que em conjunto criavam os quarteirões abertos, anteriormente referidos, onde existiam logradouros abertos que possuíam grandes espaços verdes.

³⁵ COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu. *Bairro de Alvalade: Considerações Sobre o Urbanismo Habitacional*, vol.2, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 1997, pp.51-52.

³⁶ Ebidem; p.53.

³⁷ Ebidem, p.53.

Foram desenvolvidas 9 tipologias diferentes sob a orientação do arquiteto Jacobetty Rosa, estas tipologias eram posteriormente agrupadas em três séries de três tipos cada, em que cada série correspondia a um tipo de nível social diferente das famílias que iria alojar assim como ao número de pessoas do mesmo.³⁸

A localização dos edifícios era ação da hierarquização dos edifícios, sendo assim que os edifícios de classes mais elevados (série1, correspondente ao grupo 4 e 2) ficavam situados face às principais vias, denominadas como Avenida da Igreja, Avenida de Roma e a Rua António Patrício. Já as habitações de série 2 (referentes ao grupo 3) ficam situados face a via intermedias como a Ria Afonso Lopes e por fim as habitações de classe mas baixa (série 3, grupo 1) ficam localizadas junto a zonas de maior impasse e zonas interiores.³⁹

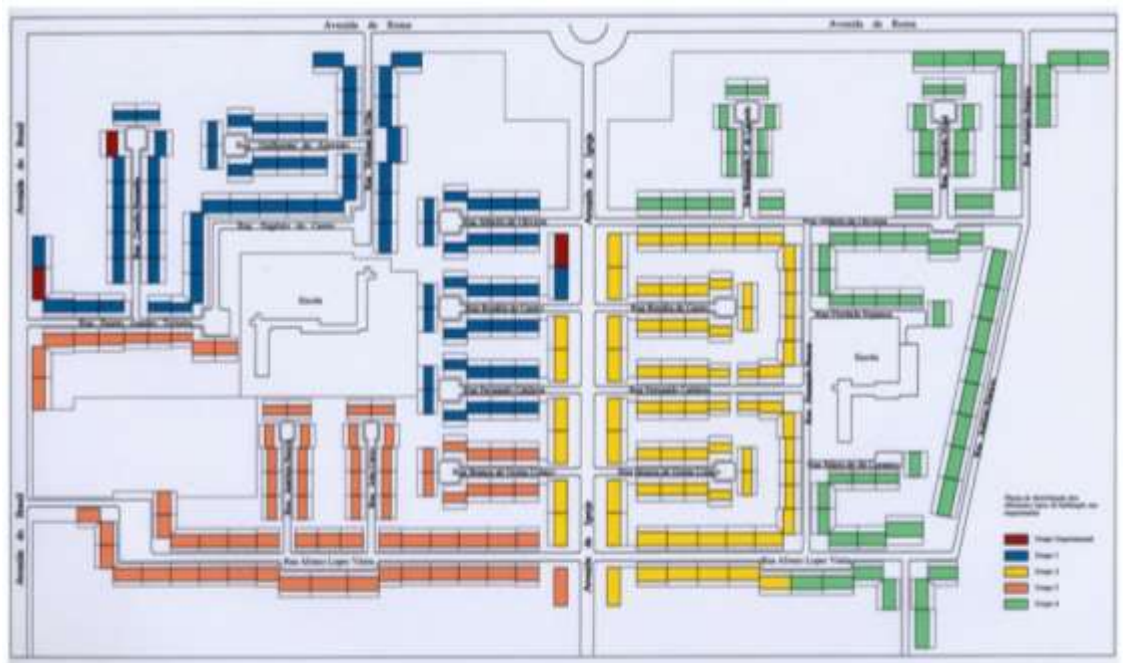


Figura 7- Casas de rendas económicas das células I e II

Cada tipo de habitação tinha um desenho base que variava sempre através do acrescento de um ou mais quartos de modo a que se ajustassem ao número de pessoas que compunham o agregado familiar. Com a mudança de série foi também introduzido um escritório e as áreas dos compartimentos foram aumentadas. Na série 2 e 3 foram também criadas instalações

³⁸ Ibidem; p.53.

³⁹ Ibidem; pp.53-54.

destinadas a uma empregada fixa, ou seja, que morasse na habitação onde trabalhava, para isso desenhou-se um quarto com uma casa de banho para uso apenas da empregada fixa.⁴⁰

É de salientar que todas as construções tinham de ser bastante económicas, para que assim a renda pudesse também ser de custo reduzido, mas sempre que possível trabalhar com áreas que não fossem estritamente as mínimas definidas, tentando sempre assim criar espaços agradáveis dentro das habitações, fazendo uma organização dos espaços de modo racional e tentando adaptar sempre as habitações à sua função.

Os fogos eram dispostos da forma que a tabela seguinte apresenta.⁴¹

| Séries | Série I | | | Série II | | | Série III | | |
|------------------------------|---------|----|----|----------|----|----|-----------|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| Tipos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| Quarto de cama | 1 | 2 | 3 | 2 | 3 | 4 | 2 | 3 | 4 |
| Casa de banho | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| WC | -- | -- | -- | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Sala de estar e de refeições | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Escritório | -- | -- | -- | -- | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Cozinha | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Despensa | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Quarto da criada | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1 | 1 | 1 |
| Wc da criada | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1 | 1 | 1 |
| Totais | 5 | 6 | 7 | 6 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |

Tabela 2- Número de divisões por fogo e por tipo de habitação.

Prosseguindo para a célula três a qual possui uma zona comercial e uma zona artesanal. Esta zona foi a segunda zona habitacional que sofreu uma intervenção associada ao plano de urbanização. A sua construção foi iniciada aquando a das células 1 e 2 ainda estava a decorrer. A construção desta célula era bastante importante e urgente, pois chamava comércio para esta zona da cidade que iria servir de apoio para cerca de 2 mil habitações construídas nas células 1 e 2. É de referir que na época esta zona encontrava-se isolada do resto da área de expansão da cidade. Aqui a execução passou por dois momentos, a primeira onde a câmara encomendou os serviços ao Arquiteto Fernando Silva para fazer a divisão dos

⁴⁰ ALEGRE, Alexandra. Casas de Rendas Económicas das células I e II do Plano de Urbanização de Alvalade - 1º Experiencia de Urbanização Integral; Construção 2001 - Congresso Nacional da Construção, Lisboa; 2001.

⁴¹ COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu. *Bairro de Alvalade: Considerações Sobre o Urbanismo Habitacional*, vol.2, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 1997, p.55.

lotes desta zona tendo como base o plano de urbanização, posteriormente para junção de funções, este bairro comercial englobou ainda o mercado norte de Alvalade. Esta zona teve a sua definição alterada, passando a englobar o troço da Avenida da Igreja, ficando assim uma via com intensa atividade comercial. O arquiteto desenvolveu também projetos para os edifícios de utilização mista com a criação de projetos-tipo. Foram desenvolvidos 5 tipos de edifícios, alguns em gaveto, onde o piso térreo era destinado a comércio e os superiores a habitação. Os projetos-tipo de habitação desenvolvidos eram semelhantes aos das células 1 e 2. É de referir ainda que na construção desta célula, o controlo de custos foi ainda maior sendo aproveitadas as experiências adquiridas na construção das células anteriores.⁴²

A célula 4 é composta pela zona destinada a moradias unifamiliares, a qual se localiza numa zona perto da pista de aterragem do aeroporto de Lisboa. A construção destas moradias foi feita segundo nove tipos de moradias que tiveram como base os projetos-tipo das moradias económicas. Estes nove tipos tinham duas variantes, que eram divididas em três séries.⁴³ São apresentadas cerca de 403 moradias, todas elas são compostas por dois pisos, o térreo e primeiro andar, e variando no tipo, geminada ou isolada, sendo que maioria era do tipo geminado.

Estas habitações eram ainda compostas por um jardim à frente e um quintal nas traseiras e eram agrupadas aos pares, permitindo assim uma maior privacidade nos espaços exteriores.⁴⁴

A célula 5 é uma zona de habitação de renda económica dos tipos 2 e 3 no interior, e no exterior com os tipos 4 e 5 e desenvolve-se junto à célula 3, zona de comércio. A sua estrutura é feita através de ruas transversais que ligam a Avenida da Igreja com a Rua Maria Amália Vaz de Carvalho.

As habitações variam entre sete tipos diferentes de habitação, e a sua construção foi feita em duas fases. Nesta célula o plano de ocupação não foi totalmente respeitado visto que em seis lotes onde eram propostas casas de renda económica foram alterados para serem construídos edifícios de carácter mais moderno.⁴⁵

Na célula 6 tinha sido prevista, pelo arquiteto Joaquim Ferreira, a criação de um centro comercial e uma estação de serviço, no entanto nenhum dos edifícios chegou a ser construído⁴⁶. Posteriormente em 1955, o arquiteto Andrade Barreto desenvolveu um conjunto

⁴² COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu. *Bairro de Alvalade: Considerações Sobre o Urbanismo Habitacional*, vol.2, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 1997, pp.75-80.

⁴³ Ibidem; pp.119-121.

⁴⁴ Ibidem; p.123.

⁴⁵ Ibidem; pp.81-84

⁴⁶ Ibidem; p.128.

habitacional com comércio no piso térreo⁴⁷. Aqui as habitações variam entre seis projetos-tipo e dois projetos-tipo com função comercial. A volumetria varia mais que nos anteriores casos apresentados, e as alturas variam entre os quatro e os sete pisos, chegando mesmo aos dez pisos quando a tipologia se situa em gaveto.

Nesta célula são apresentados volumes apenas habitacionais, volumes com comércio no piso térreo e ainda casos onde o piso térreo é ocupado por garagens. Nos anos posteriores são desenvolvidos mais projetos para o local sendo que variam as volumetrias e o número de pisos, finalmente em 1960 são contruídos os edifícios onde é mantida a arquitetura proposta em 1955⁴⁸.

Falta ainda referir que foi prevista uma zona habitacional com 62 casas de renda económica sendo que posteriormente apenas foram construídas 42 casas, o que levou a que 16 lotes fossem depois ocupados por habitações que desfiguravam a arquitetura do lugar.⁴⁹

Na célula 7 situa-se o Bairro de S. Miguel, como assim é conhecido. Foi uma das últimas células a ser estudada em Alvalade, sendo que os arrumamentos foram definidos apenas em 1949. S. Miguel foi desenhado para albergar 20 moradias e 74 habitações, sendo elas do tipo 2, 3, 6 e 8, que posteriormente foram alteradas por prédios desenvolvidos pelos arquitetos Miguel Jacobetty e Sérgio de Andrade Gomes que entre 1950 e 1951 realizaram um estudo para a distribuição dos lotes e projetos da célula 7. Como resultado deste estudo foram programadas cerca de 82 habitações de renda limitada dos quais foram construídas 55 habitações. As moradias previstas no primeiro estudo foram mantidas, sendo que foi feita a divisão dos lotes para a posterior venda em hasta pública. Algumas moradias nunca chegaram a ser construídas e no local delas foram construídos prédios, tendo alterado assim o estudo os arquitetos.⁵⁰

Por ultimo a célula 8, tal como acontece na célula 7, esta célula possui também uma zona pré-existente à urbanização de Alvalade que consiste num aglomerado de edifícios que foi parcialmente integrado no novo plano de urbanização⁵¹. Nesta célula foram propostos 6 edifícios tipo, sendo que em alguns edifícios foi introduzido comércio no piso térreo. Os tipos 1 e 2 foram propostos face a vias de maior tráfego e atividade comercial, já os tipos 3 e 4 foram moradias com dois pisos que ficavam situadas em zonas de impasses e zonas mais interiores da célula. Já o tipo 5 propunha uma volumetria de 5 pisos e possuía pequenas zonas de comércio⁵². Resta ainda referir que nesta célula existe ainda o conjunto habitacional de

⁴⁷ Ibidem: p.128.

⁴⁸ Ibidem; pp.128-134.

⁴⁹ Ibidem; pp.113-115.

⁵⁰ Ibidem; pp.125-127.

⁵¹ Ibidem; p.184.

⁵² Ibidem; pp. 106-107.

Lagares d'el rei que é composto por um conjunto de blocos habitacionais com quatro projetos tipos diferentes, que variavam entre os quatro, cinco e seis pisos. Posteriormente foi criado um quinto projeto tipo com 7 pisos.⁵³

Em modo de resumo, pode-se afirmar que no geral as diferenças entre as três séries de casas de renda económica resumiam-se a três níveis distintos, o nível urbanístico, nível do edifício e a nível do fogo.

A nível urbanístico pode-se referir o facto de Alvalade estar dividida por células, sendo que cada uma se distingue pelo seu tipo habitacional, também se nota o facto de os tipos de séries mais elevadas, a série 3, estarem localizados junto as vias principais que atravessam Alvalade. A nível dos edifícios denota-se a diferença de séries na dimensão horizontal e vertical do edifício, sendo que as séries 2 e 3 possuem mais pisos que a série 1. A nível do edificado é também de notar que a ornamentação das fachadas dos edifícios é maior de acordo com a série a que pertence, os edifícios da série 1 têm menos ornamentação que os da série 2 e assim consequentemente.

Por fim a nível do fogo, as principais diferenças são as áreas, as organizações funcionais e os acabamentos. A área é talvez um dos pontos de maior diferença pois, há uma variação de cerca de 41 m² entre o tipo inferior da série 3 e tipo superior da série 1. Esta variação de áreas deve-se ao incremento de áreas maiores nas divisões assim como maior complexidade das plantas e aumento de ratio de quartos por habitante. Há ainda a introdução de uma divisão para um escritório no fogo na série 2, e a adição de um quarto para a criada com respetiva casa de banho individual para a empregada a tempo inteiro na habitação na série 3. Também é de notar que os fogos da série 1 possuem apenas duche enquanto os fogos das séries 2 e 3 já possuem banheiras.⁵⁴

⁵³ Ibidem; p164.

⁵⁴ PEREIRA, Sandra Marques. Casa e mudança social; Caleidoscópio; Sintra, 2012.

2.2.2 Bairro da Malagueira

Na década de 70, do séc. XX, foi desenvolvido pela Direção Geral de Serviços de Urbanização o “Plano de Expansão Prioritário da Cidade” com a finalidade de terminar a ocupação clandestina do território com a criação de bairros clandestinos.⁵⁵ Quando este plano começou a ser aplicado em Évora teve de ser reformulado devido à forte especificidade do local, sendo assim, ao invés de serem programados edifícios multifamiliares de cinco a sete piso como anteriormente previstos, foram programadas edifícios de baixa altura e de custos controlados, não deixando de respeitar os índices de ocupação da DGSU.



Figura 8- Plano de urbanização do Bairro da Malagueira

Esta área de aplicação deste plano era compreendida por 27 hectares aos quais se deram o nome de Bairro da Malagueira, para o qual foi nomeado o arquiteto Siza Vieira para a realização do projeto.⁵⁶ Em 1977 é então apresentado o estudo de Siza para o novo bairro, pensado para albergar cerca de 4120 habitantes distribuídos em 1200 fogos⁵⁷. No projeto são propostas várias interações entre as diferentes condicionantes a cumprir, sendo elas a zona residencial, espaço público e equipamentos entre outros, funcionando como um todo. Nesta proposta está presente uma malha compacta e de grande densidade resultado de uma leitura bastante boa do terreno onde estão presentes pequenos declives, uma linha de água, caminhos de pé posto e ainda alguns bairros clandestinos, sendo eles o de Sta. Maria, de

⁵⁵ SEABRA, Miguel. "Construir, Habitar, Pensar" o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza; Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006; p.107.

⁵⁶ Ibidem; p.108.

⁵⁷ GOMES, Mário José Afonso. Fatores de apropriação e construção identitária em torno da casa, estudo de caso - Bairro da Malagueira/Siza Vieira; Universidade Nova de Lisboa; Lisboa; 2013; p.11.

Nossa Senhora da Glória e de Fontanas.⁵⁸ É de notar que o estudo da equipa de Siza baseou-se numa preocupação de referenciar a nova malha urbana a valores simbólicos e histórico do local.

Siza propõe ruas estreitas entre as habitações, fazendo assim com que a malha pareça compacta, criou ruas secundárias só para peões, dado que na altura do projeto existiam poucos automóveis. Devido ao aumento do tráfego automóvel estas ruas perderam esta característica e já não são apenas pedonais.⁵⁹

Nesta proposta os fogos caracterizavam-se como moradias unifamiliares de dois pisos do tipo casa-pátio, muito comum na região, estas moradias variavam entre quatro tipos de fogo que se distinguiam pelo número de quartos e pela disposição da escada que fazia ligação entre os pisos.⁶⁰

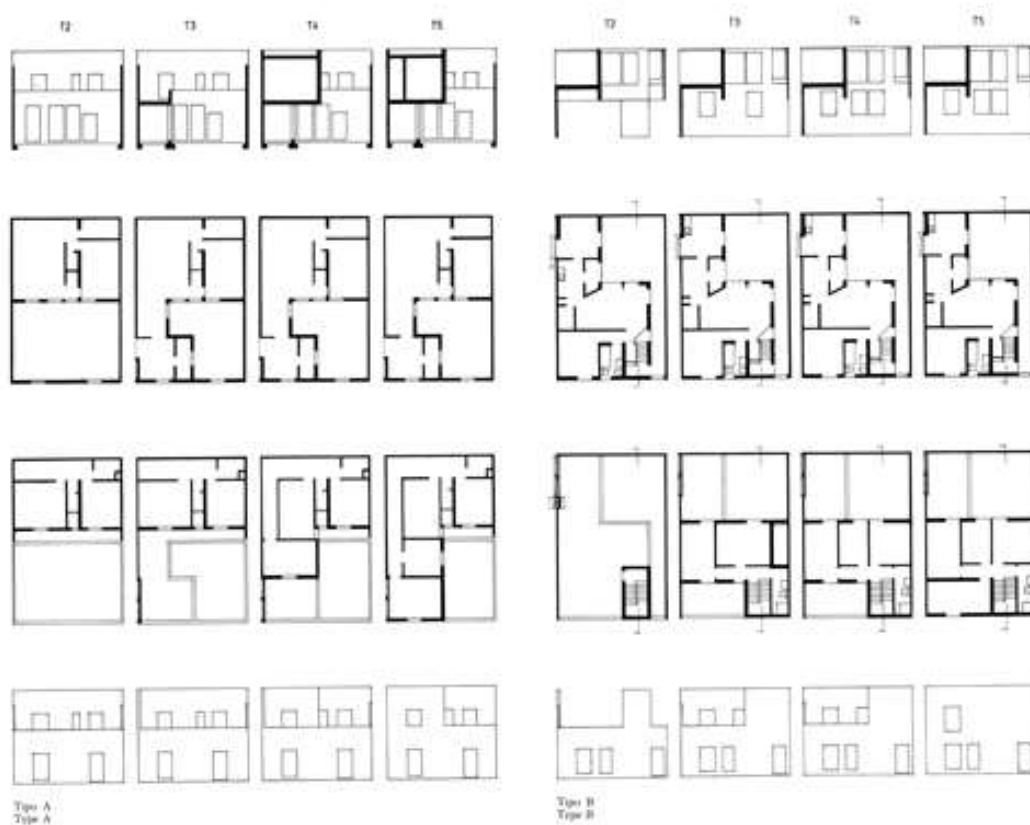


Figura 9- Habitações do tipo A e B

⁵⁸ SEABRA, Miguel. "Construir, Habitar, Pensar" o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza; Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006; p.108.

⁵⁹ LÉGER, Jean-Michel; MATOS, Gisela, Cidades comunidades e territórios, Siza vieira em Évora, Revisitar uma experimentação; Dezembro 2004, nº9; p.45.

⁶⁰ GOMES, Mário José Afonso. Fatores de apropriação e construção identitária em torno da casa, estudo de caso - Bairro da Malagueira/Siza Vieira; Universidade Nova de Lisboa; Lisboa; 2013; p.11

A construção do bairro aconteceu por fases, a primeira fase teve início a 29 de Maio de 1979 onde foram construídas cem casas. Estas habitações formaram assim quatro quarteirões em fundação continua.⁶¹

Nos anos seguintes outras cooperativas para além da que esteve envolvida na construção da primeira fase do bairro, a Associação de Moradores de S. Sebastião começaram a construir também no local⁶², posteriormente, o Fundo de Fomento de Habitação que ficou responsável pela criação de mais 418 dos mil e duzentos⁶³, a cooperativa da Boa Vontade contruiu 400 e a Habitévora construiu 52 casas, a associação S. Sebastião acabou por contruir um total de 200 casas, dando um total de 652 casas. Os lotes sobrantes, que rondavam os 100, foram vendidos a particulares que depois apresentaram os seus projetos baseados no plano-tipo de Siza.⁶⁴

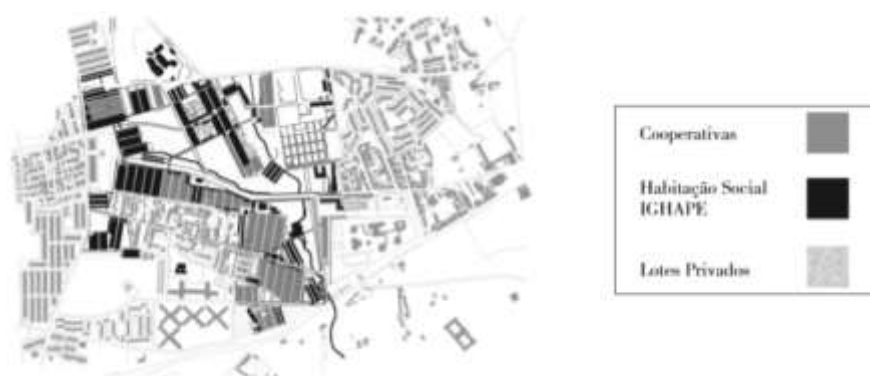


Figura 10- Plano da Malagueira segundo o tipo de ocupação

Um dos pontos fundamentais para a boa funcionalidade no bairro da Malagueira foi o trabalho do arquiteto em conjunto com o que a população procurava. Para além de ser possível executar um trabalho melhor conseguido faz também com que os habitantes fortaleçam o sentido de propriedade, contrariando assim um possível abandono ou desapego da habitação.

Sendo assim para o desenho das habitações, Siza propõe lotes com base de oito por doze metros que são repetidos lado a lado o que leva a que haja uma frente de rua em banda.

⁶¹ SEABRA, Miguel. "Construir, Habitar, Pensar" o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza; Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006; p.109.

⁶² Ibidem; p.109.

⁶³ GOMES, Mário José Afonso. Fatores de apropriação e construção identitária em torno da casa, estudo de caso - Bairro da Malagueira/Siza Vieira; Universidade Nova de Lisboa; Lisboa; 2013; p.12.

⁶⁴ LÉGER, Jean-Michel; MATOS, Gisela, Cidades comunidades e territórios, Siza vieira em Évora, Revisitar uma experimentação; Dezembro 2004, nº9; p.43.

Posteriormente são apresentados dois tipos base de organização do lote, o A e o B, compostas por dois andares e um pátio, pátio este que varia a localização, à frente ou a trás, de acordo com o tipo a que corresponde, sendo que o tipo A é o mais utilizado. Posteriormente estes tipos variam entre t2 e t5 de acordo com o necessário para o habitante. O terraço é alterado de acordo com o necessário, até que na tipologia t5 o pátio é totalmente suprimido de modo a dar lugar aos cinco quartos.⁶⁵ As habitações foram trabalhadas de acordo com a arquitetura vernácula, todas as paredes são brancas e simples e cada habitação tem a sua distinta chaminé.



Figura 11- Habitação do Bairro da Malagueira

Mais tarde, durante a construção do bairro, Siza é chamada para desenhar pequenos grupos de habitações que ficariam inseridos no denso tecido residencial, estas tipologias já não seriam evolutivas como as anteriores apresentadas, seriam trabalhadas de modo a pontuarem o tecido residencial em lugares híbridos e de remate. São ainda apresentadas neste tecido residencial habitações desenhadas por outros arquitetos como foi anteriormente referido.

Siza teve ainda de resolver questões como as garagens para os residentes, foi então que optou por colocar esses volumes, lineares e cegos, em locais sobrantes e híbridos de modo a pontuar

⁶⁵ SEABRA, Miguel. "Construir, Habitar, Pensar" o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza; Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006; p.110.

a paisagem com uma presença enigmática.⁶⁶ Estas garagens funcionam, atualmente, não só para guardar os automóveis, mas também para arrumos devido as pequenas áreas disponíveis nas habitações.⁶⁷

Para a frente virada para a rua, Siza projetou um muro com altura de 3,5 m que posteriormente alterou a pedido das cooperativas para variações de 3,5 m, 2,25 m e 1,5 m sendo que cada proprietário poderia escolher a altura do seu muro, à exceção dos moradores que trabalhavam com a IGHAPE que definiu que todos os muros teriam 3,5 m de altura. Os habitantes que puderam escolher, de início a sua habitação, deram preferência aos muros mais baixos, que tornavam o pátio existente um local visível do exterior, um jardim que fazia fronteira entre o privado e o público, a rua. Já o muro mais alto tinha benefícios evidentes, tais como um conforto climático mais elevado e o tratamento do pátio como um espaço interior a céu aberto devido à privacidade que provia⁶⁸.



Figura 12- Vista geral.

⁶⁶ Ibidem; p.110.

⁶⁷ LÉGER, Jean-Michel; MATOS, Gisela, Cidades comunidades e territórios, Siza Vieira em Évora, Revisitar uma experimentação; Dezembro 2004, nº9; p.45.

⁶⁸ Ibidem; p.51.

3- DO BAIRRO AO EDIFÍCIO, CASOS DE ESTUDO

Neste capítulo serão apresentados e analisados alguns empreendimentos pensados para habitação social. Os casos a analisar foram escolhidos devido às suas características gerais, por estarem bem inseridos no local e por serem casos de sucesso.



Figura 13- Vista do edifício Travessa dos Salgueiros

3.1- Habitação da Travessa dos Salgueiros, grupo AVA

A habitação da Travessa dos Salgueiros, projeto desenvolvido pelo grupo AVA, constituído pelos arquitetos Carlos Veloso e Rui Filipe Veloso, data de um concurso de 1996, sendo posteriormente desenvolvido e só construído entre os anos de 2002 e 2007.

Este projeto localiza-se numa zona de transição da cidade do Porto, que é também uma das zonas mais características da cidade, onde estão presentes duas escalas urbanas bastante distintas. A sudeste a Travessa dos Salgueiros delimita o terreno na zona da Lapa onde está presente um meio urbano de pequena escala, com habitações com poucos andares e com ruas mais estreitas. A norte encontra-se uma malha mais fragmentada e com edifícios de maior escala estando o terreno delimitado pela Rua de Cervantes.

Nesta zona do Porto localizam-se um conjunto de lugares importantes para a cidade como é por exemplo o conjunto de habitações construídas através do programa SAAL, o Bairro da Bouça, projetado por Siza Vieira e a praça da República. A área está também dotada de escolas, e de um hospital, o hospital de Santa Maria.

O terreno tem cotas bastante diferentes em relação às duas ruas principais que o delimitam. Travessa dos Salgueiros está a uma cota mais elevada do que a rua de Cervantes. Aqui surge um primeiro problema a resolver, onde se levou a cabo um embasamento do lado da rua de Cervantes, fazendo assim parecer que o edifício está assente sobre uma base de pedra, a qual é revestida por placas pré-fabricadas de mármore travertino.⁶⁹



Figura 14- Vista aérea do local.

No presente edifício é visível que o terreno foi fator fundamental que condicionou a forma do edifício. O edifício é desenhado a partir do formato da área de implantação, onde

⁶⁹ Entrevista realizada, pela autora, ao arquiteto Carlos Veloso no dia 23 de Maio de 2016.

posteriormente a forma do edifício condicionou os apartamentos desenhados. A forma adotada resulta na criação de uma praça interior, a qual possui vários acessos, e para onde a zona comercial está orientada, fazendo com que a praça tenha uma função, a de entrada às lojas e aos acessos verticais e tenha “vida” evitando o esquecimento e deterioração da mesma. O acesso a esta praça acontece em duas cotas, a norte a entrada é direta pois está ao nível da estrada, já a sul, pela rua de Cervantes, o acesso é feito através de umas escadas e corredor, pois deste lado o edifício não está ao nível do arruamento, está a uma cota mais elevada, como anteriormente foi referido.

O programa para este conjunto habitacional é composto por 40 habitações e um conjunto de 8 espaços comerciais que se situam no rés-do-chão, voltadas para a praça interior, ao programa são ainda acrescentados 40 lugares de estacionamento. As tipologias variam entre o t1, t2, t3 e t4, existindo uma predominância de tipologias t2 e t3.⁷⁰

É importante referir que o desenho dos apartamentos foi alterado depois do concurso por motivos técnicos de segurança, onde existia um problema com o acesso direto dos bombeiros pelo exterior do edifício, levando a que o projeto tivesse de ser redesenhado para forma que se apresenta hoje.⁷¹

Posto isto, pode-se observar que o edifício está desenhado segundo a lógica de bloco, esquerdo e direito, e os acessos verticais são compostos apenas por caixa de escadas, estando devidamente iluminadas e ventiladas naturalmente.

O edifício é composto no total por seis pisos. O piso -2 é acessível apenas através do piso 0 e é composto por cinco lugares de estacionamento automóvel, o piso -1 é composto pela restante garagem, por uma loja e um bloco de dois apartamentos t3. No piso 0 estão situadas as restantes seis lojas e é onde a praça é definida pelo desenho do edifício. Já nos restantes pisos encontram-se apenas habitações, estando no piso 1, que tem acesso direto pela travessa dos salgueiros, estão presentes um t1, cinco t2 e quatro t3. No piso 2 estão presentes os mesmos cinco t2 e cinco t3. O piso 3 é composto por cinco t2 e três t3, e por fim, no cimo do edifício, o piso 4, que é recuado face à travessa dos Salgueiros, onde estão desenhados seis t1 e dois t3.⁷²

⁷⁰ Ibidem

⁷¹ Ibidem

⁷² <http://www.archdaily.com.br/br/602652/habitacao-social-salgueiros-slash-ava-architects> (acedido pela ultima vez a 19/06/2017).

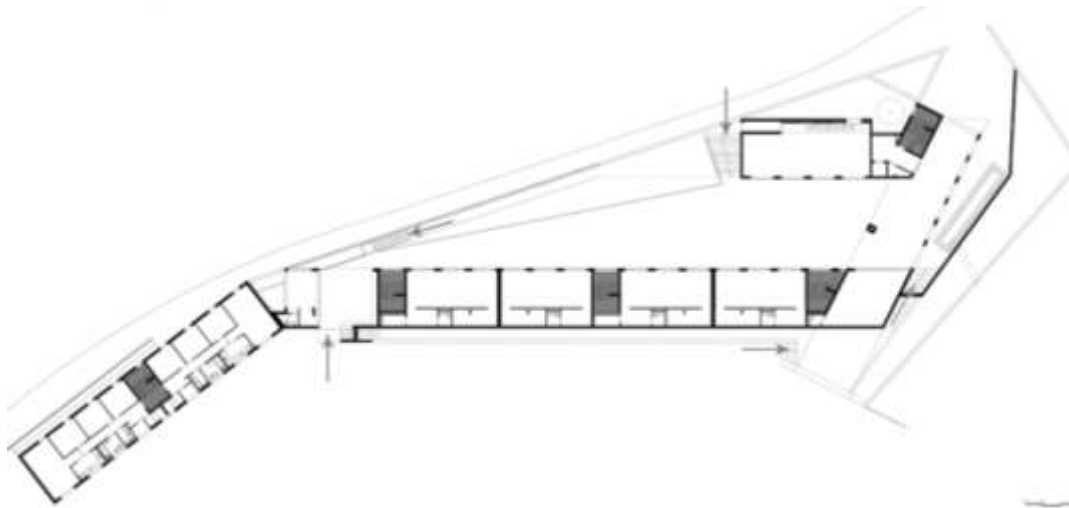


Figura 15- Planta do piso de rés do chão onde são perceptíveis as caixas de escadas e os acessos pedonais ao edifício a partir da envolvente.

As fachadas são regulares. Quando voltadas para a praça são compostas por janelas verticais que seguem uma métrica que lembra uma espécie de jogo, já quando são voltadas para o exterior da praça, tem janelas horizontais bastante regulares.

São apresentados dois desenhos da tipologia t1, o primeiro, fica no cimo do edifício e tem a face ligeiramente recuada em relação à travessa dos Salgueiros. Esta tipologia é pensada segundo a lógica público-áreas de serviço-privado, ao entrar na habitação o sujeito entra diretamente para a sala, posteriormente há um corredor que dá acesso ao quarto e à instalação sanitária, do lado oposto da instalação sanitária situa-se a cozinha que fica voltada para a praça. Resta apenas referir que tanto o quarto, como a sala, têm janelas voltadas para a praça assim como para a travessa dos salgueiros fazendo com que estas divisões sejam muito bem iluminadas.



Figura 16- Esquema elaborado pela autora mostrando as tipologias t1 e a distribuição de funções da mesma.

A segunda tipologia t1 apresentada situa-se num local de articulação do volume, isto fazendo com que a tipologia não seja totalmente ortogonal. Aqui a ideia base da distribuição de funções é completamente diferente da anterior, é utilizada a lógica tradicional de corredor

distribuidor de funções, que parte de um hall de entrada situado no topo da tipologia. À esquerda estão localizadas zonas mais técnicas como zona de arrumos e instalação sanitária completa e à direita estão a cozinha, seguida da sala e por fim a divisão mais privada, o quarto.



Figura 17- Esquema elaborado pela autora mostrando as tipologias t1 e a distribuição de funções do mesmo situadas numa articulação do edifício.

No projeto existe apenas uma tipologia do tipo t2. Esta tipologia é desenhada segundo o mesmo pensamento da apresentada anteriormente, apresentando a mesma lógica de corredor que distribuidor de funções. Este corredor é praticamente central criando assim quase um eixo de simetria. No lado voltado para a travessa dos Salgueiros estão situadas as zonas de serviços, ou seja, uma pequena lavandaria, uma instalação sanitária e posteriormente a cozinha. Já do lado voltado para a praça estão os dois quartos, fazendo assim com que a sala se encontre no final do corredor. Aqui está invertida a ideia comum de que ao percorrer uma habitação, a zona pública apresenta-se primeiro e posteriormente a privada. Esta ideia pode ser justificada pela forma afunilada que a tipologia possui, forma esta que por outro lado permite que a sala seja duplamente iluminada e tenha ventilação cruzada.



Figura 18- Esquema elaborado pela autora mostrando as tipologias t2 e a distribuição de funções do mesmo.

Por fim a tipologia tipo t3. Está sempre representada no bloco mais a norte, que não possui lojas no rés-do-chão, e na articulação face à rua de Cervantes. Existem dois tipos de desenho desta tipologia embora ambos sejam semelhantes. O primeiro tipo, referente ao bloco mais a sul e referente à articulação mais a norte, face a rua de Cervantes, distribui-se também segundo um corredor central que separa os serviços dos quartos, que ficam voltados para a praça. À entrada o sujeito tem uma zona de hall e de seguida depara-se logo com uma zona de arrumos, uma lavandaria, instalação sanitária completa e por fim cozinha, pela ordem que foram enumerados, já do lado oposto estão os três quartos, e ao fundo do corredor a sala como já acontecia na tipologia anteriormente apresentada.

Na segunda resolução da tipologia t3, continua presente a ideia de corredor distributivo, mas ao contrario do que se verificava no outro t3, aqui aparece primeiro a zona pública, a sala e cozinha, e posteriormente os serviços e os quartos, estando separados pelo eixo do corredor. Nesta tipologia os quartos não estão voltados para a praça, opção que se justifica pela falta de espaço para poder ventilar e iluminar naturalmente todos os quartos e também por questões relativas aos espaços de circulação, os quais devem assumir dimensões mínimas, permitindo que as divisões mais importantes tenham melhores áreas.

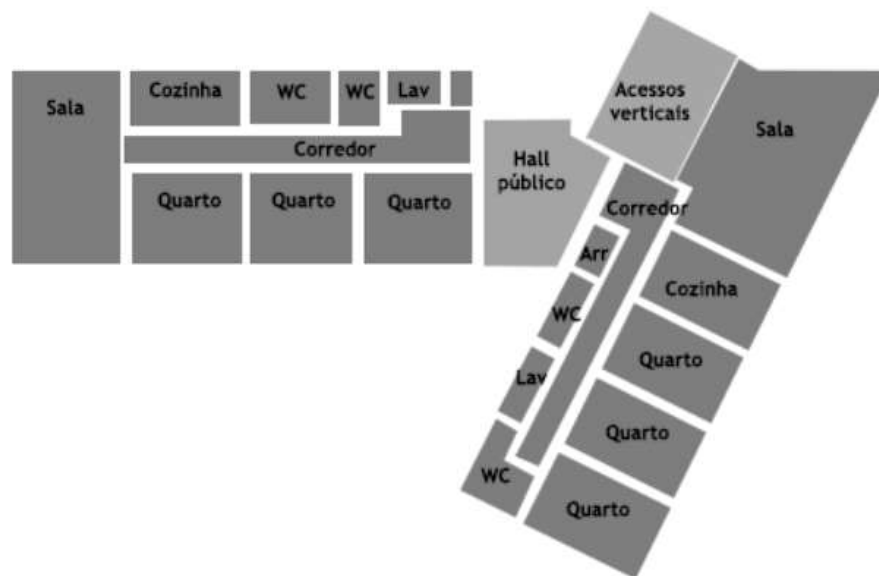


Figura 19- Esquema elaborado pela autora mostrando as tipologias t3 e a distribuição de funções do mesmo num local de articulação do edifício.

As áreas presentes nestes apartamentos não são muito grandes, devido ao facto de ser uma construção de custos controlados, mas denota-se uma grande preocupação com o aproveitamento dos espaços e a tentativa de não existirem espaços mortos, ou seja, áreas que não tenham qualquer aproveitamento.



Figura 20 e Figura 21- Conjunto habitacional Bairro da Seara

3.2- Bairro da Seara, João Álvaro Rocha.

O conjunto habitacional da Bairro da Quinta da Seara foi elaborado pelo arquiteto João Álvaro Rocha e foi desenvolvido entre 1995 e 2004. Localiza-se em Matosinhos “numa zona que, nos limites da cidade, conserva ainda muitos dos traços característicos de uma área de periferia”⁷³. Está inserido numa zona de transição onde há uma necessidade de equilíbrio entre o contruído e os espaços verdes.

Aquando o desenho deste projeto o arquiteto deparou-se com a importância em trabalhar permeabilidade do local onde o projeto se implanta, já que no lado oposto da rua que o projeto faz face tem a permeabilidade entre as ruas bastante evidente.

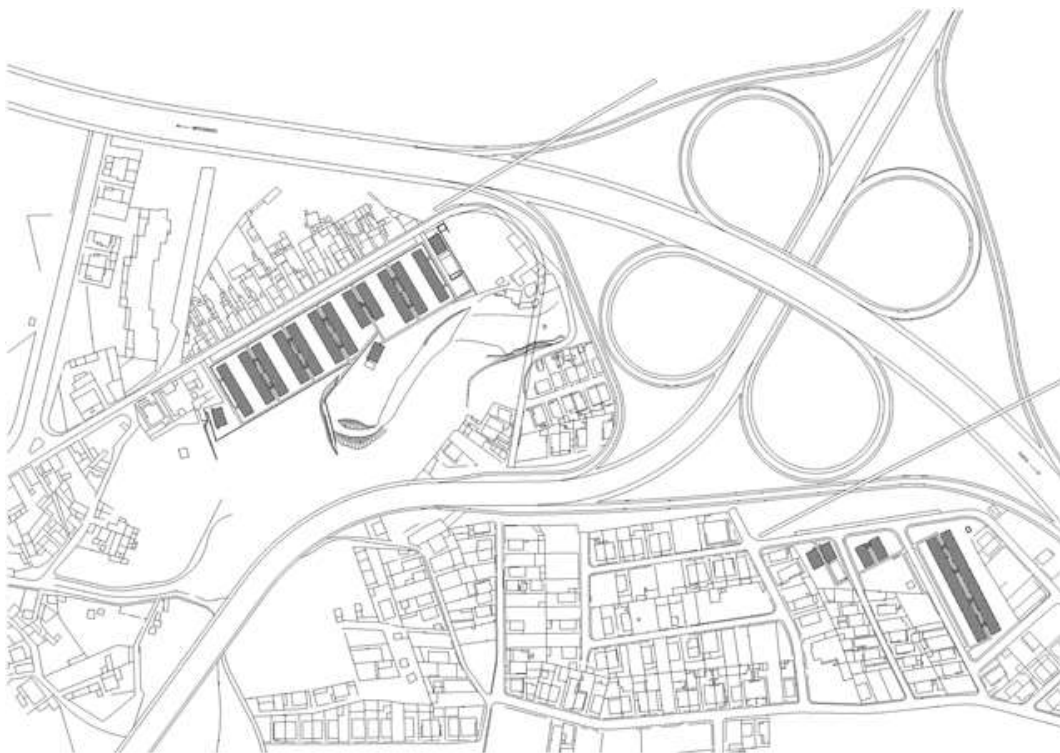


Figura 22- Planta de localização do conjunto.

Embora esteja situado numa zona já na periferia de Matosinhos onde não estão localizados edifícios importantes, esta área está bem equipada, possui duas escolas, uma primária e uma secundária, para além da escola superior de design. Na área situa-se ainda um tribunal, o porto de Leixões e vários estabelecimentos comerciais.

⁷³ AA. VV. (2008). AI Arquitetura Ibérica - Nº25 João Álvaro Rocha 2001-2007. Caleidoscópio - Edição e Artes gráficas, S.A. Casal de Cambra. p.52.

O projeto divide-se em diversos edifícios que se distribuem de forma perpendicular à estrada, esta forma permite criar permeabilidade entre os edifícios tornando o conjunto menos pesado, já que a envolvente é composta na grande maioria por edifícios de dois pisos. Nenhum dos blocos detém garagem privada, pelo que o parque de estacionamento se situa entre a estrada e os blocos de habitação.

A estrutura dos blocos é bastante regular assim como a métrica dos alçados. Cada par de bloco é acessível por uma escada externa e posteriormente dá acesso a uma área comum e às escadas interiores que dão acesso aos apartamentos. O edifício é constituído por tipologias tipo t1, t2, t3 e t4, e partem todas do mesmo conceito, onde divide os espaços de estar, sala e quartos, dos espaços de serviços, restantes divisões, por uma parede mestra.

É apresentado apenas um tipo de tipologia t1, que está presente apenas nos conjuntos de blocos maiores. Nesta tipologia é apresentada uma planta onde a partir de dois halls tem-se acesso a toda a habitação. Tem-se primeiro o hall de entrada que dá acesso à cozinha e à sala. Posteriormente, a partir destes compartimentos tem-se acesso ao segundo hall, este já tem um carácter mais de serviços, pois é através dele que se tem acesso a todos os compartimentos da habitação, sala e cozinha como já foi referido, e quarto, lavandaria e instalação sanitária. Esta planta estrutura-se de forma bastante racional, sendo que há uma 'parede mestra' que divide os espaços, ou sejam o quarto e a sala das restantes áreas da habitação. É também através das aberturas nesta parede que é possível aceder a todas as áreas da habitação.



Figura 23- Esquema da habitação de tipo t1.

São apresentadas duas tipologias t2, a primeira apresenta-se segundo a mesma ordem de ideias da tipologia anteriormente apresentada. Nesta tipologia continuam presentes os dois halls, sendo o primeiro de entrada que dá acesso à cozinha e à sala, aparece de seguida uma área plurifuncional que é acessível através da cozinha e da sala e que dá acesso a um segundo hall, este com carácter mais privado, e que dá entrada aos dois quartos, à lavandaria e à instalação sanitária.



Figura 24- Esquema da habitação de tipo t2

A segunda tipologia t2 apresentada tem uma ligeira variação nos quartos e sala, pois agora não se apresentam pela ordem, sala-quarto-quarto, passando a ser quarto-sala-quarto. Esta variação faz com que as zonas privadas fiquem separadas, o que leva a que a pessoa que esteja no quarto mais perto do hall de entrada tenha de atravessar o hall de entrada e a cozinha ou a sala para chegar a instalação sanitária. Esta solução não parece ser a melhor devido aos percursos que são criados, mas justifica-se devido à permeabilidade que o arquiteto tentar criar entre os diferentes espaços.



Figura 25- Esquema da habitação de tipo t2

De seguida apresenta-se os apartamentos t3. Funcionam como os anteriores e tem uma adição de um quarto e uma instalação sanitária. No primeiro tem-se o hall de entrada que dá acesso à sala e à cozinha e posteriormente através destes compartimentos tem-se acesso ao espaço multifuncional que pode ser um escritório, uma zona de estar ou mesmo zona de jantar. É depois a partir deste compartimento que se tem acesso a um corredor que dá acesso aos três quartos, as duas instalações sanitárias e a lavandaria. A segunda tipologia varia um pouco, possui apenas uma instalação sanitária completa, e assim como acontecia no t2, tem um quarto que só acessível a partir da sala.



Figura 26- Esquema da habitação de tipo t3

Por fim tem-se o t4. Segue a mesma lógica dos anteriores, zonas públicas logo à entrada, cozinha e sala, posteriormente, a sala polivalente e posteriormente zona privada e instalações sanitárias e lavandaria.



Figura 27- Esquema da habitação de tipo t4

Em modo de conclusão pode-se reparar que todas as tipologias apresentam uma planta bastante similar e bem estruturada, partem do mesmo conceito, sendo que posteriormente o desenho varia segundo o número de quartos e instalações sanitárias. Quando existem

variações na tipologia, essas variações funcionam sempre por adição de um quarto adjacente à sala, do lado oposto à zona privada. Os alçados possuem apenas dois tipos de vãos, os mais pequenos referentes ao alçado que corresponde à cozinha, zona polivalente, lavanderia e instalação sanitária, e os vãos com maior dimensão correspondentes ao alçado dos quartos e da sala.

O desenho das tipologias é feito através de módulos. A sala e os quartos funcionam por módulos, ou seja, a área da sala corresponde a dois módulos de um quarto e sempre que é adicionado um quarto, acrescenta um módulo base.



Figura 28- Vista geral do conjunto habitacional.

3.3- Empreendimento em Monte Miranda, Siza Vieira e António Madureira.

Este projeto é designado como Empreendimento Monte Miranda, localizado na cidade da Guarda. Foi desenvolvido pelos arquitetos Siza Vieira e António Madureira e promovido pela cooperativa casa jovem habitação e construção. A empresa que teve a cargo a sua construção foi a Constrope Construções S.A.

Este empreendimento localiza-se numa zona da Guarda que tem projetos no âmbito do programa Polis, como o parque e algumas estradas principais.

O projeto foi construído em duas fases, sendo que a primeira diz respeito a trinta e quatro habitações unifamiliares distribuídas em quatro edifícios em banda que permitem a criação de pátios. A segunda fase do projeto diz respeito ao que de seguida será analisado e corresponde à construção de três blocos de habitação coletiva, sendo que dois rematam dois dos edifícios em banda anteriormente referidos e o terceiro situa-se no centro das anteriores.

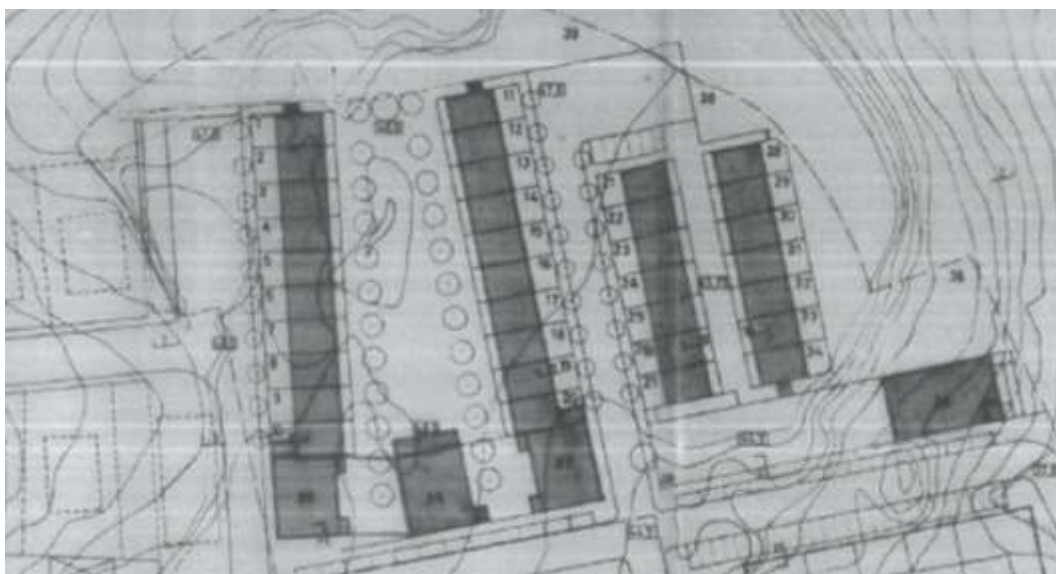


Figura 29- Planta de implantação do empreendimento

Os três blocos multifamiliares possuem no total cinco pisos. Um piso corresponde às zonas de estacionamento e arrumos privados, os restantes pisos são constituídos no total por 23 habitações que variam entre o tipo t1, t2 e t3. No bloco central, ao nível do pátio central, situa-se um espaço comercial ao invés de uma habitação. Os blocos funcionam todos pela

distribuição de esquerdo/direito e todos têm acesso à cave através de uns acessos verticais, escadas, diferentes dos que dão acesso aos restantes pisos dos blocos.⁷⁴

Os alçados são regulares, sendo que existem poucos tipos de vãos diferentes, são grandes permitido uma boa luminosidade nos compartimentos e são todos brancos, dando unidade ao conjunto. Ao longo de todo o conjunto é visível a colocação de cerâmica, funcionando como uma linha de água, já que o terreno possui algum desnível. A colocação desta pedra torna também o conjunto mais interessante, demonstrando ao mesmo tempo a zona das garagens nos três blocos habitacionais.



Figura 30- Alçado de um dos blocos

Como já foi referido estas vinte e três habitações variam entre três tipologia, sendo a maioria delas t2, ao todos dez, a tipologia tipo t1 esta presente cinco vezes e por fim a tipologia t3 esta presente oito vezes.

À exceção do bloco central que possui um espaço comercial já dotado de uma instalação sanitária todo o piso de rés do chão é composto habitações do tipo t1, o que pode estar diretamente relacionado com o facto de o piso de rés do chão necessitar de mais área para

⁷⁴ AA.VV.; Prémio IHRN 2010; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana; IHRU, Lisboa; 2010.

acessos verticais e respetivas áreas de circulação. Abaixo apresentam-se as tipologias referidas.

Ao analisar estas habitações nota-se também que nenhum dos t1 tem acesso a partir da área de acessos verticais, sendo que o acesso é sempre realizado a partir da envolvente dos três blocos. É de notar também que todos possuem uma área de átrio logo à entrada da habitação, é uma zona de chegada que posteriormente dá acesso às restantes áreas da habitação. Pode-se observar que todas as habitações incluem lavandaria e que a mesma aparece sempre dependente ao quarto e à instalação sanitária. A cozinha e a sala são tratadas como estações dependentes, não havendo nenhuma barreira entre os mesmos.

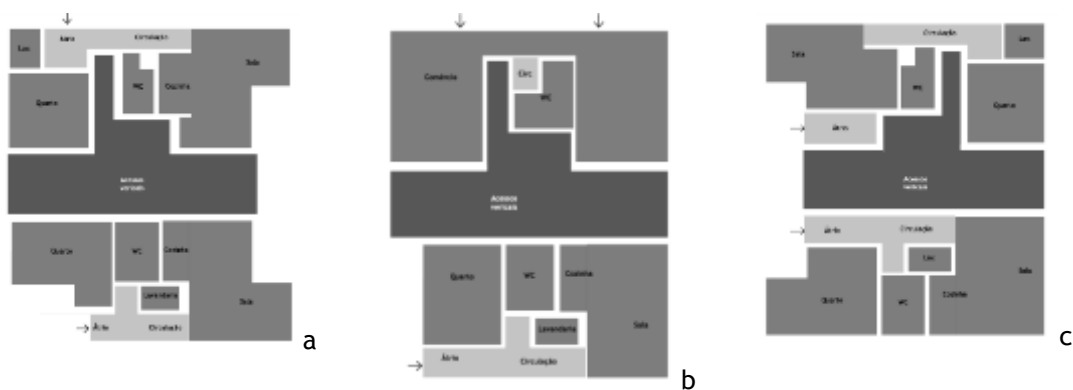


Figura 31- Plantas de Pisos de rés do chão dos blocos 35 (a), 36 (b) e 37 (c).

De seguida procedeu-se à análise do primeiro piso e segundo piso que têm plantas similares. Nestas plantas é possível observar que agora o acesso às habitações é feito a partir dos acessos verticais, que já não abrangem tanta área como no piso anterior. É também possível observar que a habitação se divide segundo um eixo vertical que separa os espaços privados dos públicos. Do pequeno átrio de receção tem-se acesso direto à sala, à cozinha, pela qual se tem acesso à lavandaria, e por fim a um segundo átrio pelo qual se tem acesso aos quartos e às instalações sanitárias. É de referir que nas tipologias t2 apenas existe uma instalação sanitária, enquanto na tipologia t3 existem duas instalações sanitárias, sendo que uma delas corresponde a um dos quartos.

Ao contrário do que acontecia nas tipologias t1 do piso inferior, aqui a lavandaria está sempre associada à cozinha e não ao quarto ou instalação sanitária, este facto deve-se a que estas tipologias já são pensadas para maior número de pessoas, sendo que é perto da cozinha que faz mais sentido a colocação da lavandaria. Outra diferença presente nestas habitações quando comparadas com as anteriores é o facto de a cozinha se apresentar separada da sala. Aqui os arquitetos desenharam uma cozinha mais ampla, com a área necessária para a confeção de alimentos e refeições informais, enquanto a sala foi pensada com um espaço

para refeições mais formais e de lazer. Cada piso é composto por uma tipologia tipo t2 e uma tipo t3.

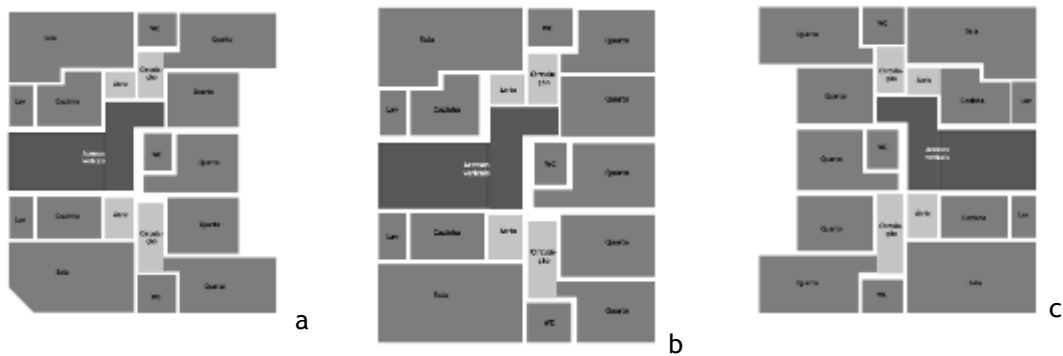


Figura 32- Plantas dos primeiros e segundos pisos dos blocos 35 (a), 36 (b) e 37 (c).

As plantas dos terceiros pisos são bastante semelhantes com as dos pisos anteriores. Apenas são criados alguns ajustes de modo a criar a fachada dinâmica. Através do hall/átrio principal tem-se acesso direto as áreas públicas da habitação e ao um segundo hall que dá acesso aos quartos e à instalação sanitária principal, sendo que na tipologia tipo t3 há sempre uma instalação sanitária privada par um dos quartos.

É de salientar que uma das tipologias tipo t2 do bloco central não é simetria à adjacente, tal como tem acontecido, embora haja a adição/subtração de um quarto. Pensa-se que esta opção se deve ao facto de manter a ideia base de organização interior, pois, se fosse simétrico, a ligação átrio-sala-cozinha seria perdida. Com este novo desenho foi possível criar uma ligação direta entre a cozinha e a sala, algo que não acontecia anteriormente nas tipologias tipo t2 e tipo t3.



Figura 33- Plantas dos terceiros pisos dos blocos 35 (a), 36 (b) e 37 (c).

Em modo de conclusão pode-se salientar que os arquitetos tiveram atenção ao modo como implantaram o projeto criando espaços exteriores amplos e dando-lhes funções, neste caso o espaço de comércio que está voltado para grande praça.

Pode-se também referir que foi pensado um acesso diferente à cave, acesso este apenas constituído por escada, de modo a dar um melhor aproveitamento à cave.

Todos os blocos funcionam segundo a mesma organização, assim como as habitações. Nas tipologias tipo t2 e tipo 3 os espaços de circulação são reduzidos ao mínimo possível, embora nas tipologias tipo t1 o mesmo não aconteça. As tipologias tipo t1 são desenhadas de modo a existir a mesma separação entre o que é público e o que é privado e como já não é pensada para uma família a cozinha e a sala funcionam como um espaço único. A forma criada pela sala/cozinha não é totalmente regular, permitindo assim uma melhor diferenciação dos espaços sem perder a relação entre ambos.



Figura 34- Vista de um dos edifícios.

3.4- Calhariz de Benfica, Paulo Tormenta Pinto e Alfredo Escada.

Este projeto é designado como Conjunto Habitacional do Calhariz em Benfica, insere-se no plano especial de Realojamento (PER)⁷⁵, foi promovido pela Câmara Municipal de Lisboa. O projeto de arquitetura foi desenvolvido pelo arquiteto Paulo Tormenta Pinto que contou com a colaboração de Alfredo Escada.⁷⁶ Este empreendimento localiza-se numa zona que possui ainda marcas de alguma ruralidade, prova disso é a existência da Quinta das Beltrans e o aqueduto das Água Livres que se demarcam também como pré-existências a ter em consideração. Localiza-se numa área um pouco isolada comparando com a restante malhar densa da zona de Benfica. A área de implantação é delimitada pela travessa Sargento Abílio e a sul e a norte por um centro social. Na zona é também visível as diferentes hierarquias das vias de circulação, sendo algumas de muito tráfego e a linha ferroviária de Sintra.

Denota-se a importância que o arquiteto deu ao terreno na para a execução do projeto. De modo a salientar o melhor que o terreno tinha optou por uma solução de criação de espaços públicos que podem ser chamados de praças, onde introduziu a cor para as diferenciar. São estes espaços exteriores que definem a forma como os edifícios se desenvolvem ao longo deles. Apesar destes três espaços exteriores serem independentes estão ligados por uma linha de água que marca um ponto de ligação entre elas.⁷⁷ Para a definição destes espaços os arquitetos tiram partido do declive de três metros presente no terreno criando um nivelamento intermedio a partir do qual desenvolve o seu projeto e criando também diversos atravessamentos pelo terreno, longitudinalmente passando pelos três espaços exteriores e transversal, onde apenas se percorre um espaço exterior. Quando necessário, o acesso a estes espaços é feito através de escadas bastante amplas que mascam assim as entradas para estes espaços. Nestes atravessamentos são feitas aberturas nos volumes de modo a demarcar e dar importância às mesmas.



Figura 35- Imagens onde são visíveis algumas das aberturas nos volumes, assim como os espaços exteriores e como funciona o acesso aos volumes.

⁷⁵ Este plano surgiu em 1993 e tinha como finalidade a resolução urgente de eliminar as habitações precárias e clandestinas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.- Retirado de 'a periferia ausente'- paper apresentado na SILACC 2010 - Simpósio Ibero Americano.

⁷⁶ <http://www.domitianus.com/per-calhariz-de-benfica.html> (consultado pela última vez a 02/06/2017)

⁷⁷ AA.VV.; Prémio IHN 2002; Instituto Nacional da Habitação, Lisboa; 2002. p.8.

Está presente no conjunto a preocupação dos arquitetos em destacar o modo como o edifício se relaciona com a envolvente, pois ao contrario do que acontece nos alçados voltados para os espaços exteriores que são criados, os alçados voltados para o exterior do conjunto são todos brancos, possuindo janelas verticais que parecem distribuídas segundo uma métrica irregular dando uma imagem abstrata ao alçado. Já nos alçados voltados para o interior denota-se um trabalho diferente sobre o estudo dos alçados, estando presentes diferentes vãos que variam entre vãos verticais e vãos horizontais de diferentes dimensões, assim como nestes alçados é perceptível a demarcação das lajes, uma vez que estão salientes do edifício demarcando assim o numero de pisos e oferecendo-lhe uma plasticidade diferente.

Em conjunto com a criação das habitações foram também áreas de equipamentos nos pisos térreos, sendo que nos pisos superiores apresentam-se sempre as habitações. Os arquitetos diferenciam estas funções através dos materiais que utilizam, o rés-do-chão é sempre revestido pelo exterior com um tipo de tijolo cerâmico. O pavimento é elaborado em calcário dando homogeneidade aos espaços que é interrompida no seu centro, aquando a utilização de cubos de granito negro de modo a marcar o local, a linha que dá união aos três espaços exteriores é pontuada entre um bebedouro e o reservatório. Em toda a área de implantação estão presentes arvores que permitem um ambiente mais acolhedor e propicio à vivência neste local

No total o empreendimento é composto por 91 fogos, distribuídos por 14 edifícios em bloco que se apresentam em banda, sendo que alguns sofrem uma rotação de 90° levando a forma que se apresentam em volta dos espaços exteriores. Os fogos variam ente o t1, t2, t3 e t4, sendo que a tipologia t2 e t3 a predominante. Quando possível, são agrupados em bloco com uma tipologia semelhante, sendo que nas tipologias t3 e t4 já não é tao frequente.

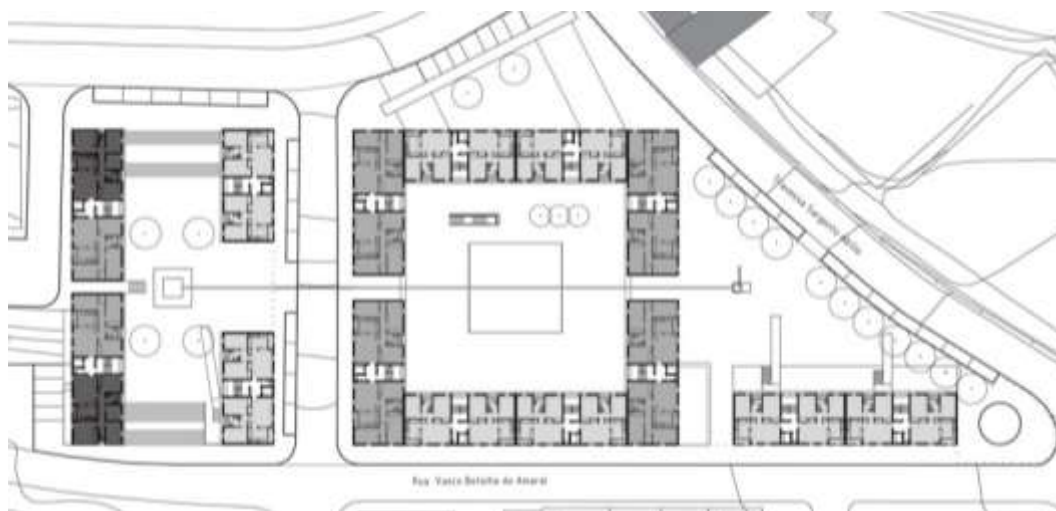


Figura 36- Esquema elaborado pela autora, com base numa planta tipo, mostrando a distribuição de tipologias.

No topo de cada bloco está sempre presente um volume que se destaca do restante edificado. Este volume de destaque é um prolongamento das áreas de acessos verticais de cada bloco e tem como função permitir o acesso à cobertura, sendo esta uma prática neste tipo de habitação. O conjunto edificado possui ainda estacionamentos cobertos.⁷⁸

Neste projeto as áreas privadas, quartos e instalação sanitária estão voltadas para os espaços exteriores criados, voltando deste modo todas as áreas sociais, sala e cozinha, para o exterior do terreno. Esta opção de projeto pode estar relacionada com o fato da rua Vasco Botelho de Amaral ser um arruamento estreito que de ambos os lados estão implantados edifícios junto ao arruamento.



Figura 37- Vista do edifício a partir da Travessa Sargento Abílio.

Ao fazer uma observação geral às tipologias é possível observar que os arquitetos dispensaram ao máximo as áreas de circulação e criou sempre que possível espaços abertos que se relacionassem entre si, tornando o entendimento dos espaços como uma só. Faz uma separação marcada entre o privado e o social e projeta bastantes arrumos pela habitação, distribuídos por pela sala e cozinha. Sempre que possível desenha os guarda-fatos dos quartos embutidos de modo a criar espaços regulares.

A tipologia tipo t2 organiza-se segundo um eixo perpendicular ao seu acesso, sendo assim que aquando a entrada na habitação entra-se diretamente para a sala, o espaço mais social da habitação, não possui qualquer área de vestíbulo, é logo possível observar a cozinha que está diretamente ligada à sala. Percorrendo uma área da sala chega-se ao ponto onde é possível passar para a zona privada da habitação, apresenta-se então hum hall com a circulação

⁷⁸ PINHEIRO, Maria Cristina de Sousa Araújo. A gestão da cor na habitação social Lisboa século XXI; **Dissertação** apresentada à universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de mestre em arquitetura; Universidade Técnica de Lisboa, 2005; p.162.

apenas necessária e restrita que dá acesso aos dois quartos e a instalação sanitária que está inserida entre os quartos.

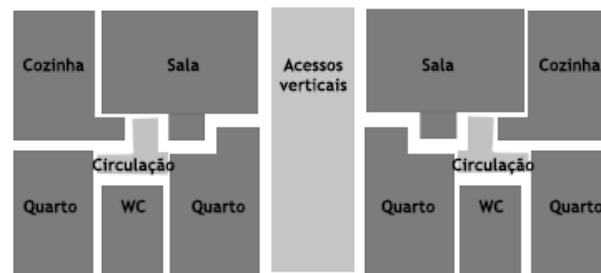


Figura 38- Esquema elaborado pela autora do bloco-tipo t2-t2 e da distribuição de funções do mesmo.

A tipologia tipo t3 parte da mesma ideia anterior. A partir do hall dos acessos verticais entra-se diretamente para a sala onde está a cozinha adjacente. A partir da sala tem-se ainda acesso a zona privada da habitação a partir de um corredor que distribui os quartos e as duas instalações sanitárias, uma completa perto da porta que dá acesso a esta zona privada e outra mais reduzida no topo do corredor. Nesta tipologia os quartos não estão todos voltados para o mesmo lado, a zona exterior criada, um deles fica voltado para a envolvente do pré-existente assim como a sala e a cozinha.

A tipologia t4 funciona do mesmo modo das apresentadas anteriormente sendo que é apenas acrescentado um quarto.

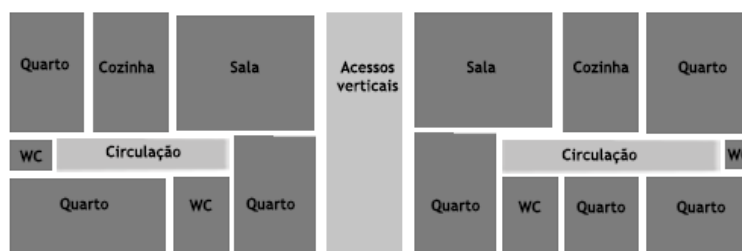


Figura 39- Esquema elaborado pela autora do bloco-tipo t3-t4 e da distribuição de funções do mesmo.

Em modo de conclusão pode-se observar que os arquitetos tiveram como preocupação a criação de um espaço agradável, criando diversos espaços diferentes a partir das características do terreno; Preocuparam-se também em dar uma unificação aos mesmos e em fazer um projeto que se integrasse no local. Em relação às habitações denota-se uma preocupação em separar o que é privado do que é público assim como na criação de espaços de arrumos e a criação mínima de espaços de circulação.

4- HABITAÇÃO SOCIAL NA COVILHÃ

No presente capítulo é apresentada uma breve história da cidade da Covilhã, partindo da sua expansão comercial até á atualidade tratando o tema da sua carência habitacional que teve origem durante o fenómeno.

4.1- Contextualização histórica

A cidade da Covilhã é conhecida como uma cidade industrial, devendo-se ao facto de que desde cedo que empresas se instalaram na cidade para a produção de tecidos. A produção era feita em grandes volumes de produção o que levou a que em 1941 a Covilhã chegasse a representar 60% da produção têxtil do País⁷⁹. Estas empresas localizavam-se junto as ribeiras, uma vez que as maquinas funcionavam a partir de recursos hidráulicos como os moinhos. Deste modo eram criadas as condições necessárias para a criação dos grandes e característicos volumes longitudinais ao longo das ribeiras. ⁸⁰



Figura 40- Imagem ilustrativa das fabricas na época.

Houve uma grande receção de pessoas na cidade para trabalharem neste setor, chegando a haver famílias completas a trabalhar nas fábricas, incluindo crianças. Os ordenados que recebiam eram muito reduzidos o que levava a que as famílias não conseguissem ter dinheiro para uma habitação condigna, foi então necessária a criação de habitações para estas famílias. Estes fatores levaram à criação dos primeiros bairros operários da Covilhã, os quais não possuíam as melhores condições de salubridade e situavam-se perto das fábricas, esta estratégia foi pensada com o intuito de que se os trabalhadores estivessem mais perto dos

⁷⁹ OLIVEIRA, Hélder Pereira de; *Modernidade e espaço urbano - vazios urbanos, O Caso da Covilhã*; Tese para obtenção de grau de Doutor em Arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2015; p. 90.

⁸⁰ JOSÉ, Ana Margarida Fleming; *O Mínimo como Habitação - Reabilitação do Bairro da Alegria*; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em Arquitetura, 2012; p.78.

empregos, estando ao mesmo tempo mais disponíveis para trabalhar sendo possível trabalhar por turnos de modo a que a produção nunca fosse interrompida. Estes turnos podiam chegar as 16horas diárias⁸¹ e alguns trabalhadores chegavam mesmo a dormir durante a semana nas fábricas e saiam apenas ao Domingo.⁸²

Foi então iniciada na Covilhã, a construção de um conjunto de blocos habitacionais com o intuito de colmatar todas estas lacunas. Os primeiros bairros eram compostos por habitações de um ou dois pisos com um pequeno quintal, é de fazer referencia que estávamos perante o regime do estado novo e as habitações deveriam de seguir os ideais da mesma. As famílias albergadas nestas habitações iam crescendo, eram formadas novas famílias, em que os elementos trabalhavam também na industria dos lanifícios, levando à necessidade de criação de mais bairros deste tipo⁸³. O trabalho no setor continuou a crescer, foram construídas novas fabricas perto da estação dos caminhos de ferro. Nesta fase a Covilhã cresceu neste sentido, visto que a expansão da cidade seguia sempre o sentido de expansão fabril.



Figura 41- Industria dos lanifícios noas finas dos anos 40 do século XX.

⁸¹ Ibidem; p.81.

⁸² CAMPOS, Anabela Pereira Campos; Habitação social no concelho da Covilhã, Inclusão ou Exclusão?; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em Sociologia; Covilha;2003; p.32

⁸³ Ibidem; p.81

A cidade continuou a receber mais pessoas de fora para trabalharem no setor e consequentemente houve a necessidade de criação de mais habitações para os operários, pois os ordenados eram baixos, o que tornava impossível a criação de habitações condignas apenas pelos trabalhadores. Este “boom” demográfico fez com que a cidade da Covilhã tivesse um crescimento sem planeamento prévio o que provocou em parte a sua aparência insalubre, que teve de ser resolvido. Foram então criadas medidas para garantir a organização e a higiene da cidade, assim como a criação de habitações e espaços mais condignos para os operários, isto levou a criação de bairros melhor pensados e desenhados.

A partir de 1970 começaram a surgir debilidades no setor da indústria, estas foram causadas pela industrialização no setor, o que levou a que fabricas fossem encerradas e consequentemente os trabalhadores abandonassem a cidade à procura de novos empregos. Foi então que a cidade sofreu um grande abandono por parte dos seus habitantes.⁸⁴

Em 1975 foi criado o Instituto Politécnico da Covilhã. Foi criado com o intuito de dar uma nova atividade à cidade e um novo uso aos muitos edifícios fabris que foram abandonados. Mais tarde em 1986, o politécnico passa a ser Universidade da Beira Interior que com o seu aumento de polos para salas de aula passa a dar um novo uso a ainda mais edifícios tão característicos da cidade da Covilhã. Este aproveitamento do edificado existente resolveu assim em parte o problema do abandono do património industrial e dando-lhe uma nova vida nunca deixando de o valorizar.⁸⁵

A criação do politécnico e posterior universidade não foi o suficiente para recuperar e dar um novo uso a todos os edifícios que ficaram ao abandono depois da quebra na indústria, assim como resolver o problema dos baixos rendimentos e mesmo a grande falta de emprego que levava à carência de habitações com rendas menos elevadas.

A câmara municipal tem estado presente até hoje na resolução destes problemas, tendo adotado estratégias como a criação de habitações deste tipo para os habitantes da cidade, também se responsabiliza pela manutenção das mesmas que se vão degradando ao longo dos anos. Para além da manutenção destas, tem vindo a recuperar outras habitações, que se apresentam devolutas, para posteriormente serem entregues a novas famílias.⁸⁶

⁸⁴ JOSÉ, Ana Margarida Fleming; O Mínimo como Habitação - Reabilitação do Bairro da Alegria; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em Arquitetura, 2012; p79.

⁸⁵ <http://www.ubi.pt/Pagina/historia> (consultado pela ultima vez a 15/06/1017)

⁸⁶ CAMPOS, Anabela Pereira Campos; Habitação social no concelho da Covilhã, Inclusão ou Exclusão?; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em Sociologia; Covilha;2003; P. 30

Foi criada uma empresa para trabalhar sobre este tema, denominada por Sociedade de Reabilitação Urbana - Nova Covilhã (SRU). Posteriormente através de uma candidatura ao PROHABITA foram conseguidas algumas casas de renda mais acessível às rendas comuns.⁸⁷

⁸⁷ CAMPOS, Anabela Pereira Campos; Habitação social no concelho da Covilhã, Inclusão ou Exclusão?; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em Sociologia; Covilha;2003; P. 30

4.2- Exemplos de bairros na Covilhã

Serão agora analisados alguns bairros da cidade da Covilhã, construídos em diferentes épocas e com propósitos diferentes.

4.2.1. Bairro Municipal



Edifício abandonado no Bairro Municipal.



Edifício habitado no Bairro Municipal

Figura 42- Edifícios do Bairro Municipal

A sua construção iniciou-se em 1925. Foram construídas moradias segundo quatro tipologias diferentes que variavam de acordo com o número de quartos⁸⁸. Surgiu por iniciativa da Câmara Municipal da Covilhã que tratou dos arruamentos e criação de lotes para a posterior construção das habitações.⁸⁹

4.2.2. Bairro da Alegria



Figura 43- Imagens do Bairro da Alegria.

⁸⁸ BORGES, António Garcia; Bairros da Covilhã; Grafica da Covilhã; 2015, p53

⁸⁹ OLIVEIRA, Hélder Pereira de; Modernidade e espaço urbano - vazios urbanos, O Caso da Covilhã; Tese para obtenção de grau de Doutor em Arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2015 p.88.

A construção deste bairro teve início em 1938 e foi concluída em 1948⁹⁰. Foi construído com o intuito de albergar os trabalhadores da classe operária, ficando os mesmos a pagar uma renda simbólica.

O bairro situa-se numa encosta e alberga no total 46 habitações geminadas de um único piso e todas elas com respetivo logradouro.⁹¹ No entanto o bairro não possui qualquer infraestrutura de comércio ou para convívio entre os moradores. Posteriormente à sua construção foram criados largos e uma fonte pelos mesmos, de modo a terem locais de convivência. Este é um bairro bastante envelhecido, pois a maioria dos moradores já se encontra reformado.⁹²

4.2.3. Bairro dos Penedos Altos



Figura 44- Imagens de primeira e segunda fase do Bairro dos Penedos Altos, a e b, respetivamente.

Localiza-se junto à ribeira da carpinteira e em 1940 foi adjudicada a primeira fase dos bairros aos construtores. As habitações eram compostas apenas por um piso com quintal e apresentam diversas tipologias.⁹³

Posteriormente em 1946 foram adquiridos mais terrenos com o objetivo de dar continuidade ao bairro e em 1947 iniciou-se a construção da segunda fase conhecida como ‘bairro de baixo’. Nos edifícios desta segunda fase continuavam a existir quintais adjacentes a cada

⁹⁰ CAMPOS, Anabela Pereira. Habitação Social no Concelho da Covilhã. Inclusão ou exclusão?; Dissertação apresentada à universidade da Beira Interior para obtenção de grão de mestre em sociologia, Universidade da Beira Interior; Covilhã, 2013; p.32.

⁹¹ ABREU, Paula Cristina da Cruz Abreu. Casas Económicas de Estado Novo - Os bairros sociais na Covilhã; Dissertação apresentada à universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2010; p.83.

⁹² Ibidem; p.85.

⁹³ BORGES, António Garcia; Bairros da Covilha; Grafica da Covilhã; 2015; p.5.

habitação, e cada habitação possuía agora dois pisos. Este bairro usufruía de saneamento, água, luz, uma escola e uma igreja. Aqui está presente a preocupação dos responsáveis/arquitetos em construir um lugar com equipamentos e espaços para viver.

4.2.4. Bairro do Rodrigo



Vista da escadaria principal do Bairro do Rodrigo



Perspetiva das habitações

Figura 45- Vistas do Bairro do Rodrigo.

A construção deste bairro foi promovida pela Caixa de Previdência dos Lanifícios⁹⁴, foi construído numa só fase, tendo-se iniciado no ano de 1948 e terminado no ano de 1951. O bairro é constituído no total por 100 fogos, alguns fogos são organizados em banda e compostas por dois pisos que estão distribuídos por níveis devido a sua implantação se localizar numa encosta. Esta encosta está voltada a nascente o que favorece exposição solar do bairro. Este é dotado de bastantes espaços exteriores privados.⁹⁵

4.2.5. Bairro da Estação



Figura 46- Edifícios do Bairro da Estação.

⁹⁴ ABREU, Paula Cristina da Cruz; Casas Económicas do Estado Novo - Os Bairros Sociais na Covilhã; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em Arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2010; p.75

⁹⁵ OLIVEIRA, Hélder Pereira de; Modernidade e espaço urbano - vazios urbanos, O Caso da Covilhã; Tese para obtenção de grau de Doutor em Arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2015; p.105-108

Promovido pela caixa de previdência foi executado em três fases distintas. A primeira fase iniciou-se em 1955, teve a construção de 83 fogos e 8 lojas num quarteirão fechado, havendo ainda a criação de alguns espaços exteriores privados. Posteriormente em 1961 foram construídos mais 48 fogos em três blocos isolados. Na última fase de construção, em 1963, foram construídas mais 105 habitações. Este bairro é também dotado de alguns equipamentos socioculturais e comerciais assim como espaços exteriores.

O bairro fica localizado numa zona de planície na cidade, o ajudou na criação boas condições de acessibilidade pedonal existentes na área, o que conseqüentemente levou a eu os espaços exteriores fossem utilizados pelos moradores.⁹⁶

4.2.6. Bairro da Biquinha



Figura 47- Edifícios do Bairro da Biquinha.

Encontra-se situado perto do bairro do património. A sua construção teve início no ano de 1964. A sua construção foi elaborada em duas fases, na primeira fase foram construídas habitações unifamiliares com dois pisos dispostas em banda onde todas estas moradias dispõem de um logradouro. Já na segunda fase as habitações são compostas por um bloco de habitação coletiva com três pisos.⁹⁷

⁹⁶ Ibidem; p.114.

⁹⁷ ABREU, Paula Cristina da Cruz; Casas Económicas do Estado Novo - Os Bairros Sociais na Covilhã; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em Arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2010; p.76

4.2.7. Bairro 1ºMaio



Figura 48- Habitações do Bairro 1º de Maio.

Situado a noroeste do centro da cidade, este bairro foi construído em 1976. É composto apenas por dez moradias unifamiliares de um único piso, sendo todas elas pertencentes do tipo t2. A área destas moradias é bastante reduzida, possuindo apenas cerca de 35m². Assim como acontece em vários exemplos já apresentados, estas moradias também usufruem de logradouros.⁹⁸

4.2.8. Bairro da Alâmpada



Figura 49- Edifícios do Bairro da Alâmpada.

Em 1990 foram construídas 80 habitações na quinta da alâmpada, situada na freguesia de Boidobra. Esta construção teve uma promoção direta de um acordo entre a Câmara municipal e o INH que ficaram responsáveis pela primeira parte da construção deste bairro. Este bairro tinha como objetivo o realojamento dos residentes do convento de St. António. As habitações são de dois pisos, tendo um pequeno espaço exterior no piso superior. Todas as habitações possuem um pequeno espaço de logradouro à frente da habitação.

⁹⁸ Ibidem; p.78.

4.2.9. Bairro das Nogueiras



Figura 50- Edifícios do Bairro das Nogueiras

O bairro do Teixoso foi construído em duas fases, sendo que na primeira fase foram construídos 64 fogos que foram terminados em 2002 e posteriormente na segunda fase, terminada em 2003 foram construídos 71 fogos. O bairro é constituído por 16 blocos que variam entre os 3 e os 4 pisos, possuem arrecadações e garagens que são arrendadas à parte. No total este bairro acolhe cerca de 134 pessoas.

4.2.10. Bairro do Cabeço



Figura 51- Edifícios do Bairro do Cabeço.

Este bairro foi construído pela Camara Municipal da Covilhã (CMC) e começou logo a ser habitado aquando o fim da sua construção, no ano de 2005. É composto por 148 fogos de habitação social que se dividem por 18 blocos num conjunto de 5 edifícios de três andares. Dos 148 fogos, 8 estão devolutos e existe uma carência de tipologias t3 e t4. É possível observar que o bairro carece de espaços verdes e de lazer.⁹⁹

⁹⁹ Ibidem; p.42

4.2.11. Bairro do Património

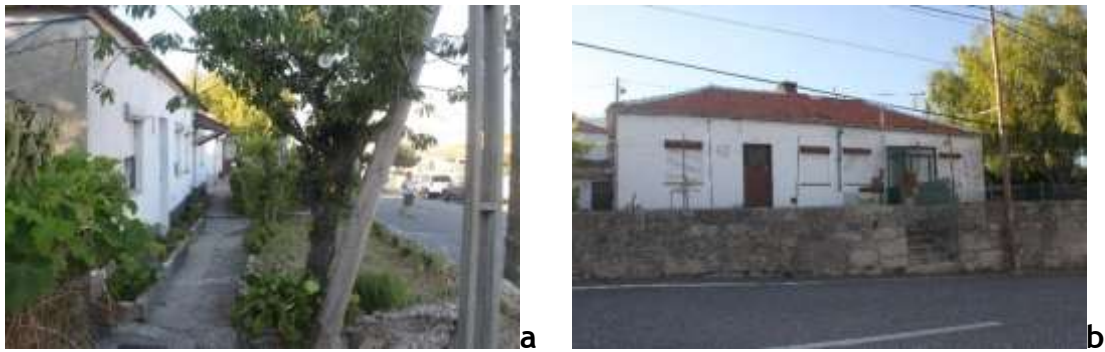


Figura 52- a) Acesso às habitações; b) Habitação do bairro

Situa-se distante do centro da cidade, ficando próximo do bairro da Biquinha. A sua construção deveu-se à iniciativa de investidores privados e é constituído por habitações em banda do tipo t2, de um só piso. Tal como acontece em outros bairros, todas as habitações usufruem um logradouro.¹⁰⁰

¹⁰⁰ ABREU, Paula Cristina da Cruz Abreu. Casas Económicas de Estado Novo - Os bairros sociais na Covilhã; Dissertação apresentada à universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2010; pag. 73.

5- PROPOSTA

No presente capítulo é apresentado o programa definido e a respectiva memória descritiva e justificativa da proposta.

5.1- Programa

5.1.2- Local de implantação

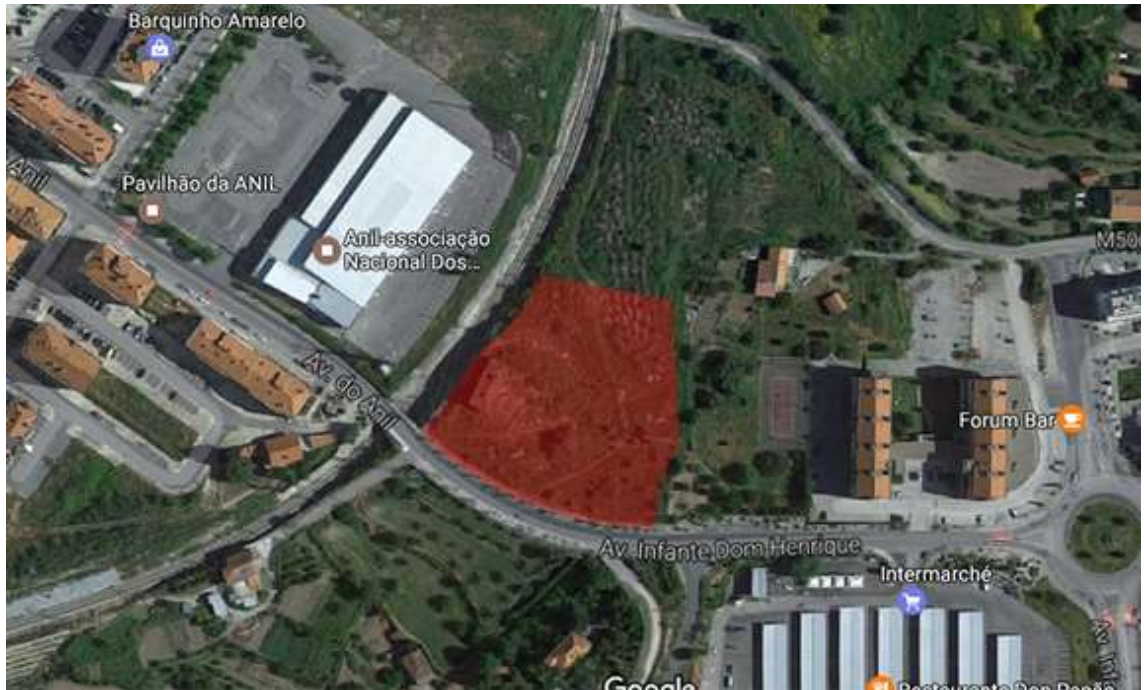


Figura 53- Local de implantação da proposta

O terreno a implantar a proposta tem uma área de 7893,20metros².

Segundo o Plano de Urbanização da Grande Covilhã, o terreno está inserido numa área onde o índice de ocupação do solo corresponde a 0.25, ou seja, de acordo com a área a trabalhar, a área de implantação do edifício ou edifícios não pode ultrapassar os 1973,30 metros².

O Índice de ocupação bruta do solo corresponde a 0.65, o que dá no total um máximo de 2130.58m² de área bruta a construir.

De seguida apresenta-se o programa proposto.

Áreas definidas para cada tipologia:

| Tipologia | Área mínima | Área estabelecida |
|-----------|-------------|-------------------|
| T1 | 50m2 | 60m2 |
| T2 | 72m2 | 80m2 |
| T3 | 91m2 | 100m2 |

Tabela 3- Áreas base para cada tipologia.

Programa:

| Tipologia | Quantidade | Área | Total |
|-----------|------------|---------------------------|------------------|
| T1 | 4 | 60m2 | 240m2 |
| T2 | 28 | 80m2 | 2240m2 |
| T3 | 16 | 100m2 | 1600m2 |
| | 48 | Total | 4080m2 |
| | | Máximo Ocup. Bruta | 5130.58m2 |

Tabela 4- Programa proposto.

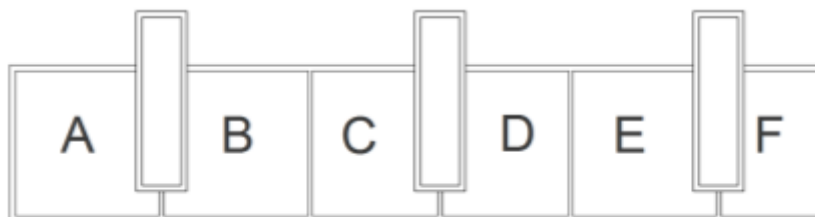
Estacionamentos:

| Tipologia | Quantidade | Quantidade /fogo | Total |
|-----------|------------|------------------|-------------------|
| T1 | 4 | 1 | 4 lugares |
| T2 | 28 | 1.5 | 42 lugares |
| T3 | 16 | 1.5 | 24 lugares |
| | | Total | 70 lugares |
| | | + 20% | 84 lugares |

Tabela 5- Número de lugares de estacionamento necessários.

5.2- Tabela de áreas finais

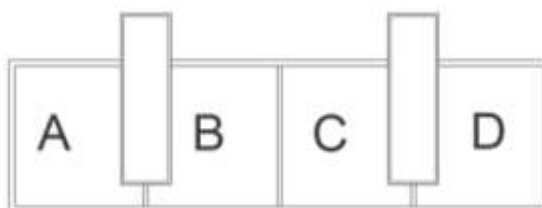
Bloco A:



| | Área bruta | Área útil | Área Habitável |
|--------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| A (t3) | 97,50 metros ² | 80,10 metros ² | 57,80 metros ² |
| B (t3) | 94,65 metros ² | 80,10 metros ² | 57,80 metros ² |
| C (t2) | 81,40 metros ² | 66,15 metros ² | 49,70 metros ² |
| D (t2) | 81,40 metros ² | 66,15 metros ² | 49,70 metros ² |
| E (t3) | 94,65 metros ² | 80,10 metros ² | 57,80 metros ² |
| F (t1) | 63,70 metros ² | 49,40 metros ² | 35 metros ² |

Tabela 6- Áreas finais do Bloco A.

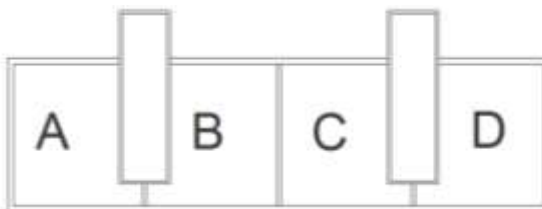
Bloco B



| | Área bruta | Área útil | Área Habitável |
|--------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| A (t2) | 84,20 metros ² | 68,80 metros ² | 54,60 metros ² |
| B (t2) | 81,95 metros ² | 68,80 metros ² | 54,60 metros ² |
| C (t2) | 81,95 metros ² | 68,80 metros ² | 54,60 metros ² |
| D (t2) | 84,20 metros ² | 68,80 metros ² | 54,60 metros ² |

Tabela 7- Áreas finais do Bloco B.

Bloco C



| | Área bruta | Área útil | Área Habitável |
|--------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| A (t3) | 97,50 metros ² | 80,10 metros ² | 57,80 metros ² |
| B (t3) | 94,65 metros ² | 80,10 metros ² | 57,80 metros ² |
| C (t2) | 81,40 metros ² | 66,15 metros ² | 49,70 metros ² |
| D (t2) | 84,35 metros ² | 66,15 metros ² | 49,70 metros ² |

Tabela 8- Áreas finais do Bloco C.

5.3- Memória descritiva e justificativa

A presente memória descritiva e justificativa diz respeito à proposta de um conjunto de edifícios de habitação social na cidade da Covilhã. O projeto está implantado numa área de 7893,20 m² e situa-se numa zona em expansão da cidade, adjacente à avenida infante Dom Henrique, e junto à linha férrea. O lugar foi escolhido estrategicamente para aproximar as comunidades que vivem em habitação social da restante população, tentando assim que a habitual exclusão seja evitada e que o estigma sobre a habitação social, existente na sociedade diminua. A área envolvente à implantação do projeto está já dotada de todas as infraestruturas básicas necessárias como comércio e escolas. Localiza-se também próximo do hospital Pêro da Covilhã, da biblioteca municipal da cidade e da central de camionagem.



Figura 54- Imagem aérea aonde é visível a envolvente do terreno a trabalhar.

Antes da elaboração desta proposta procedeu-se ao estudo de um conjunto de projetos sobre temática abordada, para compreensão de metodologias adotadas em alguns exemplos deste tipo de habitação. Posteriormente consultou-se o PDM da cidade, assim como o PGUC e as Recomendações técnicas de Habitação Social, e a partir dos quais desenvolveu-se o programa, respeitando o número necessário para cada tipologia (ver paginas 74).

5.3.1- A proposta.

A proposta apresentada tem como base o lugar onde se insere, a relação do edificado com a envolvente e a comunidade. A partir da análise da morfologia da área circundante ao terreno e das respetivas vias, é perceptível a diferença entre as malhas urbanas a nascente e a poente da área de intervenção. Após esta análise e tendo já em conta a necessidade da criação de arruamentos trabalhou-se um volume único que resulta de junção das diferentes malhas urbanas. Consequentemente, o volume sofre algumas fragmentações, que criam diferentes acessos entre espaços, apresenta-se na forma atual, ou seja, em três volumes distintos que se orientam a partir dos alinhamentos com os principais volumes da envolvente.

Esta proposta teve como premissa a criação de espaços públicos para usufruto dos habitantes e demais comunidade pelo que é criado um espaço central onde se propõe a interação entre habitantes e utilizadores deste espaço que se direciona para a Avenida Infante D. Henrique. São criadas outras áreas distribuídas por duas cotas e ambas com acesso direto a partir do nível da estrada.

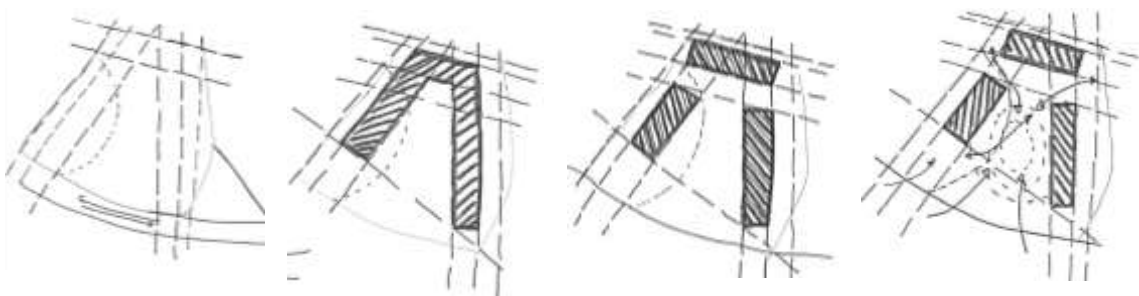


Figura 55- Esquissos da evolução da forma.

Tem-se então a uma cota superior, a poente, um espaço com uma grande ‘cortina verde’ paralela à linha de caminho de ferro, criando uma barreira visual, e sobretudo sonora, onde nas imediações deste elemento são propostos módulos ajardinados com arbustos para tornar o espaço mais verde.

Neste nível é também apresentado um parque de skate, em betão, que se encontra embutido no terreno. A criação deste parque foi pensada de modo a criar um espaço de convívio para a população mais jovem, onde se possam encontrar e divertir, mas também dando algum espírito jovem e alternativo ao lugar. O parque adota uma forma orgânica inspirada num outro projeto, o parque de skate de mar de “La Mar Bella”¹⁰¹ localizado em Barcelona, sendo

¹⁰¹ <http://www.archdaily.com.br/br/774430/skate-park-de-la-mar-bella-scob-arquitectura-y-paisaje> (consultado pela ultima vez a 19/06/2017)

posteriormente adaptado para o local onde se insere, após a análise e estudo de diversos parques do mesmo tipo.

A uma cota inferior, encontram-se os restantes espaços exteriores. Nesta área as zonas de circulação são mais vincadas, pois são utilizados outro tipo de materiais além do pavê. São utilizados materiais mais permeáveis e de fácil manutenção na definição de zonas e formatos no solo. As áreas verdes estão presentes em toda a proposta, embora separados por diversos espaços, deste modo a área ajardinada não surge concentrada proporcionando um meio de cercar todo o espaço público onde se insere o conjunto edificado proposto. Todas as áreas são arborizadas, criando assim diversas sombras o que fornece um aspeto menos urbano ao local.

A ligação entre as duas cotas é feita através de uma rampa que circunda o limite do nível superior, onde está situado o parque de skate. Os percursos para automóveis foram pensados de modo a evitar a junção com a circulação pedonal, estando os mesmos situados do lado oposto ao núcleo central em relação aos edifícios sempre que possível.

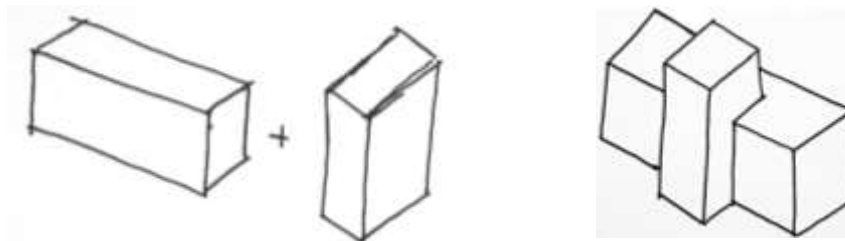


Figura 56- Junção das diferentes volumetrias.

A partir do esquema apresentado é visível como os volumes dos edifícios, que são elevados do solo e suportados por corpos verticais que funcionam como uma escultura que fica assente no solo. Estes volumes diferenciam-se do restante objeto devido à sua forma e dimensão. É neles que se desenvolvem os acessos verticais, ou seja, as escadas exteriores e o elevador e onde no topo é ainda adicionada uma sala de condomínio. No interior deste volume, encontra-se também um fosso de luz que ilumina todos os pisos desde a sala de condomínio até ao piso zero através de luz zenital. Para suportar a restante volumetria de cada bloco são dispostos pilotis permitindo que os edifícios continuem a ser percorriéis ao nível do solo, evitando grandes barreiras visuais na proposta.

No piso zero dos edifícios A e B ficam situados alguns lugares de estacionamento automóvel e a restante área é livre para circulação e possível ocupação dos habitantes para atividades quando necessário. Para além do piso zero, os edifícios possuem mais três ou quatro pisos de habitação que se distribuem em bloco. No seu topo existe piso extra onde fica situada a sala de condomínio como foi referido anteriormente e por onde é feito o acesso à cobertura.

5.3.2- Os edifícios.

O edifício A é composto por quatro habitações do tipo t1, seis habitações do tipo t2 e dez do tipo t3. O edifício B é unicamente composto por dezasseis habitações do tipo t2 e finalmente o edifício C é composto por seis t2 e seis t3, tudo isto dá um total de quarenta e oito habitações. O edifício A, que está localizado na cota inferior, mais a nascente, possui três pisos de habitação, com exceção do bloco do topo norte que possui quatro pisos. Esta diferença advém da necessidade de criar uma relação com o volume do edifício B, colocando os níveis da cobertura de cada um dos volumes na mesma altura. O edifício C é constituídos apenas por três pisos de habitação uma vez que se encontra a uma cota superior, evitando também a criação de uma barreira visual de grandes dimensões.

Os alçados dos edifícios são pensados segundo uma grelha de janelas verticais que foram dimensionadas de acordo com a escala humana e a estrutura do edifício, estas funcionam como rasgos no alçado, fazendo com que a disposição no alçado seja abstrata em relação ao interior, estando, no entanto, localizados de acordo com a necessidade de cada compartimento. Os alçados laterais não incluem qualquer vão dando assim importância à ligação dos alçados frontais para os espaços exteriores desenhados e os posteriores, com a envolvente do terreno.

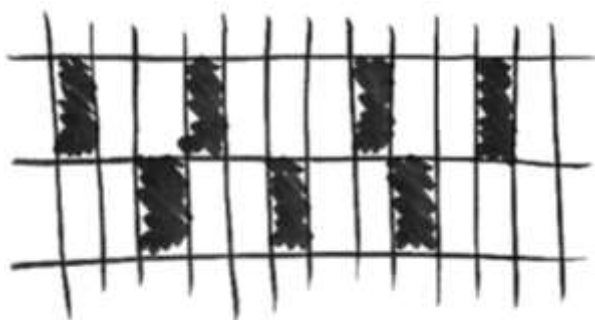


Figura 57- esquisso que mostra o estudo da malha do alçado.

5.3.3- As habitações.

As habitações presentes nos edifícios A e C são semelhantes, já as habitações presentes no edifício B possuem uma ligeira diferença devido às dimensões do bloco. Apesar disto todas as tipologias foram desenhadas segundo a mesma linha de pensamento, tendo como base a tipologia t1, a partir do qual se acrescentam quartos e instalações sanitárias de acordo com o necessário. O acesso à habitação é feito através de um hall com ligação direta às áreas mais sociais, a sala e a cozinha.

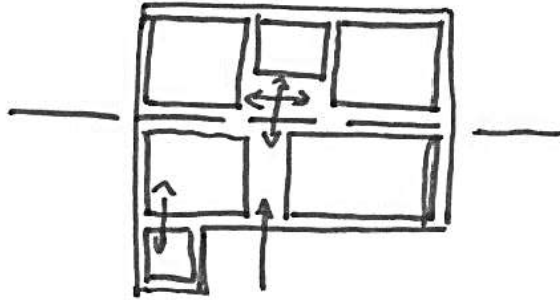


Figura 58- Esquisso da ideia base das habitações.

A cozinha integra uma área de arrumos e tem adjacente uma lavandaria, está também diretamente relacionada com sala, uma vez que uma área da sala é destinada a um espaço de refeições complementar. A sala fica sempre voltada para o centro do terreno, a qual pode ser considerada como uma zona social exterior. Existe uma separação para a zona privada da habitação. Esta é feita por uma porta que dá passagem a um pequeno vestíbulo privado que dá acesso aos quartos e à instalação sanitária completa. Com esta barreira pretende-se que a privacidade dos ocupantes não seja posta em causa quando recebem visitas e quando necessário incluiu-se uma instalação sanitária de serviço na zona social, constituída apenas por um lavatório e uma bacia de retrete.

Antes de serem considerados as áreas dos compartimentos procedeu-se a uma consulta de um conjunto de publicações do LNEC¹⁰² relacionadas com os espaços e compartimentos habitacionais, com o objetivo de compreender a forma mais adequada para cada compartimento.

Todas as cozinhas foram pensadas para serem espaço de confeção de refeições. São equipadas com uma bancada desenhada através de cinco módulos de 60cm x 60cm, de modo a albergar uma bancada com lava-loiças, uma bancada com tampo de trabalho, um fogão e respetivo exaustor, uma máquina de lavar loiça, um frigorífico e um esquentador. São ainda propostos armários superiores em toda a área de bancada, excetuando a zona do exaustor e esquentador, de modo a existir o maior volume de arrumação possível na cozinha. Para cada cozinha é pensada a colocação de uma mesa para refeições informais adequada ao número de ocupantes da habitação assim como a restante área de circulação necessária para a execução das tarefas na mesma.

Como já foi referido, através da cozinha tem-se acesso à lavandaria, que é pensada como um espaço preparado para albergar duas máquinas, lavar e secar, recipientes para a roupa e um

¹⁰²AA.VV.; Recomendações Técnicas de Habitação Social; Imprensa Nacional Casa da Moeda; Lisboa; 1994.

AA.VV.; Regulamento Geral das Edificações Urbanas; Coleção Regulamentos; Porto Editora.

possível estendal. Uma vez que é uma divisão utilizada apenas para o tratamento de roupas, a sua área de circulação é mínima, sobrando apenas o espaço necessário para a correta utilização das máquinas e a abertura de porta para o exterior. Visto que é um espaço destinada à lavagem e tratamento de roupas ponderou-se a necessidade da criação de uma porta com respetiva guarda ao contrário de uma janela, isto permite que a lavandaria possa funcionar quase como um espaço exterior, permitindo assim uma melhor ventilação.

A sala é pensada como um espaço aberto, tendo acesso direto à cozinha, hall de entrada e à zona privada da habitação. Foi desenhada de modo a possibilitar a criação de uma zona de lazer e uma zona de refeições distintas entre si, ambas com mobiliário completo. Este compartimento é pensado como uma área aberta para que funcione como a zona de encontro na casa.

Resta referir que a sua área aumenta sempre de acordo com o número de habitantes do agregado familiar. Evidencia-se ainda a capacidade deste espaço de receber visitantes como é referido nas Recomendações técnicas de Habitação Social.

A zona privada da habitação é constituída por uma instalação sanitária completa e um, dois ou três quartos adjacentes à mesma. Refere-se ainda que nas recomendações técnicas de habitação social é descrito que esta ‘instalação sanitária completa deve ter boa acessibilidade a partir dos quartos, independentemente de razões de ordem económica que conduzem à existência de um único bloco de águas’¹⁰³

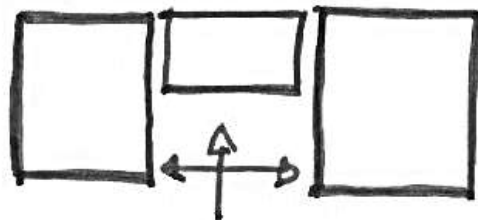


Figura 59- Esquismo da relação quartos/wc.

Os quartos são pensados de modo a possuírem sempre um roupeiro, uma cama de casal ou solteiro, mesas de cabeceira, e a possível inclusão de uma secretária ou cómoda. Sempre que possível o roupeiro é desenhado junto à porta do quarto levando a um melhor aproveitamento do espaço e à melhor organização possível. A cama é sempre pensada numa posição onde seja possível observar diretamente a porta e quando possível afastada da janela, dando mais privacidade ao quarto em relação ao exterior. A possível disposição de uma secretária é pensada junta às janelas, tirando assim o maior aproveitamento da luz natural para a

¹⁰³ AA.VV.; Recomendações Técnicas de Habitação Social; Imprensa Nacional Casa da Moeda; Lisboa; 1994

execução de tarefas na mesma. As áreas de cada quarto são pensadas de modo a inflacionar um pouco as áreas mínimas definidas em regulamento, tornando estes espaços mais aprazíveis e amplos.

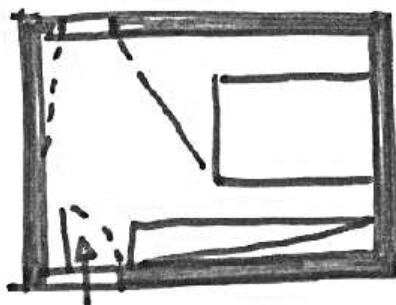


Figura 60- Esquismo da ideia base dos quartos.

As instalações sanitárias completas possuem áreas modestas, respeitando as normas de acessibilidades e mobilidades do DL 163/2006 de 8 de Agosto. São desenhadas de modo a possuírem o mobiliário descrito nas recomendações técnicas de Habitação Social, ou seja, uma banheira com 70cm x 150cm mínimo incluindo cuba de chuveiro, um lavatório, um bidé e uma bacia de retrete. Aquando necessária a criação de uma instalação sanitária de serviço, esta é composta apenas por um lavatório e uma bacia de retrete. As circulações entre os diferentes espaços da habitação são sempre as mínimas possíveis, pensado sempre na criação de espaços agradáveis para o morador.

5.3.4- Materialização

Toda a seleção de materiais foi pensada de acordo com a sua durabilidade e sustentabilidade. Foram escolhidos materiais que necessitem de pouca manutenção e com boa capacidade de resposta a um uso moderado a intensivo. Para os espaços exteriores da proposta as premissas foram as mesmas tendo em conta sempre que possível a utilização de materiais permeáveis ao solo, de modo a evitar futuros problemas no mesmo como deterioração dos materiais envolventes por acumulação de águas.

5.3.4.1- Espaços exteriores.

Os pavimentos para os espaços exteriores foram pensados de acordo com a sua durabilidade, permeabilidade, resistência ao desgaste, manutenção e sem nunca esquecer, o preço, devido ao tipo de proposta em questão.

Para os espaços de circulação automóvel e respetivos lugares de estacionamento é proposto um pavimento betuminoso semelhante ao da avenida infante Dom Henrique de modo a criar uma ligação direta entre as distintas vias.

A zona exterior que está a cota superior é toda pavimentada a pavê com dimensões de 20 x 10 x 5 centímetros de cor cinzenta cujas juntas permitem a drenagem de água. Para esta zona são propostos também módulos ajardinados elevados 50 centímetros do solo, podendo assim funcionarem como bancos se assim os utilizadores pretenderem.

Na cota inferior, os espaços exteriores têm também como material principal o pavê nos passeios com as mesmas dimensões do anterior. Para esta área foi proposta a o desenho concreto de passeios afastando os utilizadores das áreas de gravilha, embora não tenham como ideia fundamental a definição total dos percursos, mas sim uma maior comodidade quando necessário. As dimensões da gravilha variam entre os 2 e os 6 milímetros, e foram escolhidas com o intuito de tornar o solo mais permeável ajudando assim na manutenção das condições ideais do solo e o escoamento devido de grandes quantidades de precipitação no inverno.

A zona desenhada para albergar o parque infantil terá o pavimento adequado à sua função, será composto por pavimento “in situ” SBR, de cor cinza e de cor verde. A escolha deste material deve-se às suas características de absorção de quedas para além de ser antiderrapante, é de fácil aplicação e limpeza e compatível com todos os jogos de parques infantis¹⁰⁴. A zona do parque de skate é toda pavimentada a betão assim como as formas desenhadas, tornando o espaço o mais adequando possível para a prática do desporto.

A relva está também presente na proposta, nas formas desenhadas que se podem observar na planta de arranjos exteriores e diante do volume mais extenso, o bloco A, que se situa a nascente. Está também presente na zona com mais desnível onde há ligação entre as duas cotas de trabalho, fazendo deste espaço uma zona mais verde e arborizada para atenuar os ruídos da passagem dos comboios.

5.3.4.2- O edificado.

Todas as áreas das habitações foram desenhadas de acordo com os seguintes documentos: ‘Funções e exigências de áreas da habitação’¹⁰⁵ publicação do LNEC, REGEU¹⁰⁶ e Guia de acessibilidade e mobilidade¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Pavimento In Situ SBR in http://www.crpavimentos.pt/pavimento_in_situ_sbr.php (acedido pela ultima vez em 19/06/2017)

¹⁰⁵ PORTAS, Nuno. Funções e exigências de áreas da habitação; LNEC; Lisboa, 1996.

¹⁰⁶ DL163/2006 de 8 de Agosto in AA.VV.; Regulamento Geral das Edificações Urbanas; Colecção Regulamentos; Porto Editora

¹⁰⁷ DL163/2006 de 8 de Agosto IN AA.VV; Guia de Mobilidade e Acessibilidade para Todos; Inova, Porto.

5.3.4.2.1-Estrutura.

Para uma maior economia de custos os edifícios foram pensados com uma estrutura tradicional em betão armado, com lajes também elas tradicionais. Toda a estrutura funciona segundo uma métrica base de 5 metros por 5 metros excetuando pequenas alterações.

5.3.4.2.2-Paredes.

As paredes dos edifícios definiram-se consoante o tipo de utilização a que estão destinadas. As paredes dos acessos verticais são compostas apenas por betão cinzento com 20 centímetros de espessura, à exceção da parede divisória entre as escadas e o restante volume, pensado em tijolo cerâmico de 11 centímetros de espessura e de reboco com 2 centímetros em ambas as faces. As paredes exteriores são compostas por alvenaria de tijolo, devido às suas grandes características de durabilidade e manutenção em relação a outras técnicas, teve-se também em atenção as questões térmicas uma vez que a Covilhã é uma cidade com grande variação de temperaturas. Sendo assim são compostas por um tijolo cerâmico de 15 centímetros, seguido de isolamento térmico de 8 centímetros, tipo xps, uma caixa de ar com 4 centímetros que é fechada por tijolo cerâmico de 11 centímetros no interior. Ambas as faces são rebocadas e pintadas, à exceção das cozinhas e instalações sanitárias que posteriormente têm a colocação de cerâmicos. As paredes interiores serão compostas por tijolo cerâmico de 11 centímetros com reboco de 2centímetros em ambas as faces.

5.3.4.2.3-Lajes e coberturas.

As lajes são em betão armado com espessura de 20 centímetros, com enchimento e acabamento em cerâmico ou piso flutuante perfazendo um total de 8 centímetros. Já na face inferior da laje é sempre colocado reboco e pintura. Todos estes materiais dão uma dimensão total às lajes de 30 centímetros.

A cobertura do edifício será apenas acessível para efeitos de manutenção. Será composta também por uma laje de betão armado de 20 centímetros de espessura, seguida de uma camada de forma, isolamento térmico, tipo xps, membrana de impermeabilização, manta geotêxtil e finalmente gravilha para a correta filtração das águas pluviais. Na cobertura são também colocados canais de drenagem para o correto escoamento das águas.

5.3.4.2.4-Caixilharias.

Todas as caixilharias pensadas para o edifício são com estrutura em pvc de cor preta. O material é escolhido devido ao seu bom comportamento em relação ao isolamento térmico e acústico e pela pouca manutenção que necessita. As caixilharias são verticais, indo do chão ao teto, sendo a janela é fixa até à altura de 1.10 metros e oscilo batente a partir desse ponto até ao teto. São compostas por vidro duplo com espessuras de 4 + 10 + 6 milímetros.

5.3.4.2.5-Acabamentos.

As paredes interiores das habitações serão todas pintadas a tinta branca, com exceção das instalações sanitárias que serão com ladrilhos com dimensões de 20 centímetros por 10 centímetros, e com exceção da cozinha e lavanderia que terá ladrilhos com dimensões de 40 centímetros por 25 centímetros. Os pavimentos das zonas húmidas serão em ladrilhos com dimensões de 30 centímetros por 30 centímetros, nas instalações sanitárias e 60 centímetros por 60 centímetros nas restantes zonas, lavanderia, cozinha e arrumos, criando assim ligação entre as mesmas. Por fim as restantes zonas das habitações, sala e quartos terão pavimento tipo flutuante.

6- CONCLUSÕES

Como ponto de partida para a elaboração da presente dissertação foram definidas estratégias e objetivos. Foi feita uma contextualização e introdução à história da habitação social em Portugal, de forma a entender a situação habitacional dos finais do século XIX aquando da grande explosão demográfica nas principais cidades do país, consequência do crescimento da atividade fabril. As cidades não estavam preparadas para tal crescimento demográfico o que levou investidores privados a adquirir terrenos desvalorizados para posteriormente rentabilizar com a construção de novas habitações para estas famílias que, no entanto, não possuíam condições de salubridade. Ainda assim este tipo de habitação registou um crescimento acentuado até finais do século XX. Embora se tenham desenvolvido parcerias com as câmaras municipais de cada região, o total de habitações construídas demonstrava ser insuficiente e as suas condições não tinham sofrido alterações relevantes de salubridade.

Foi neste momento que os municípios compreendem a realidade do problema e iniciam a construção de bairros de interesse social para os operários, com o objetivo de atenuar todos os problemas existentes. Estas primeiras construções eram na sua maioria habitações multifamiliares e unifamiliares organizadas em banda ou geminadas que proporcionavam também a criação de espaços exteriores que albergavam equipamentos coletivos, denotando uma preocupação em tornar os espaços agradáveis para os seus moradores. Registou-se também uma preocupação por parte dos municípios em criar troços de estradas para o seu posterior crescimento e desenvolvimento e ainda a implantação e controlo de redes de esgotos, algo que anteriormente não era pensado.

Todos estes esforços levaram a que finalmente, em 1918 se desse início ao primeiro bairro em Lisboa. Este foi pensado a uma escala verdadeiramente urbana, onde foram criadas várias praças e jardins, assim como se inseriram diversos equipamentos. A criação deste bairro levou ao desenvolvimento e projeção de outros, tendo em visto o mesmo objetivo. É então que se dá início ao Estado Novo, que atribuiu papéis de responsabilidade a instituições e projetistas por todo o país para o desenvolvimento de mais habitações. Foi durante esta fase política que foram desenvolvidos diversos projetos de casas de rendas económicas. Após esta fase política a construção de cariz social continuou, levando à criação do famoso projeto SAAL, que permitiu aos arquitetos fazerem diversas experiências, assim como envolver as comunidades alvo nos projetos que foram desenvolvidos.

Posteriormente a este enquadramento histórico, considerou-se pertinente o estudo de dois bairros de épocas distintas e que com o passar do tempo da sua construção continuam a ser referências para o tema em Portugal. O Bairro de Alvalade, que fez parte do plano de urbanização do HE-FCP, e que mesmo com cerca de 70 anos de existência continua a ser considerado um bairro inovador, em parte por ser pensado para diversos grupos sociais. Outras razões prendem-se pelas suas vias são hierarquizadas, que vão desde avenidas a caminhos apenas pedonais, diversos equipamentos coletivos e serviços, algo que não era frequente na época. A sua organização interior também foi fator fundamental para o seu

sucesso, foi elaborada a partir da criação de três vias principais que delimitavam espaços denominados por células, onde posteriormente eram criadas vias de menos importância e se desenvolviam a partir do elemento central do bairro, a escola primária. É nestas células que estão presentes os percursos pedonais que encurtam itinerários para diversas áreas, incluindo para o seu ponto central. Como segundo caso de estudo, selecionou-se o Bairro da Malagueira. Também desenvolvido segundo um programa, denominado por Plano de Expansão Prioritário da Cidade, tinha como objetivo o fim da habitação clandestina existente durante os anos 70. Neste bairro, pensado por Siza Vieira e a sua equipa, são propostas ruas estreitas com habitações de ambos os lados, ao contrário do que aconteceu em Alvalade. Foram criadas também ruas apenas pedonais para os moradores do bairro, as quais foram perdendo essa característica com o aumento do tráfego automóvel no local. Para este conjunto foram propostas moradias unifamiliares de dois pisos pensadas como casa-pátio que eram organizadas segundo uma ideia base e se distinguiam pelo número de quartos e pela disposição da escada no espaço. É ainda de registar que foi pensado em conjunto com os futuros moradores, criando assim um laço entre estes e o bairro. Aqui foi fundamental o uso da arquitetura vernácula de modo a que esta grande obra se integrasse com a envolvente, assim como o tipo de habitações pensadas, habitações de apenas dois pisos, visto que se inseria num local onde as habitações com diversos pisos não faziam parte do edificado.

Após este estudo considerou-se pertinente a análise de exemplos mais concretos, passando do geral para o particular, do bairro para o edifício, tornando-se essencial que os objetos estudados possuíssem um carácter mais contemporâneo. Procedeu-se então ao estudo de quatro edifícios relativamente recentes, de modo a entender a evolução dos mesmos e a forma como são pensados na atualidade. Tornou-se perceptível o abandono da criação de habitações unifamiliares, optando-se sempre pelo tipo multifamiliar, assim como foi perceptível a extinção dos logradouros. Começou-se a ponderar o número crescente de veículos, o que levou à inclusão de estacionamento, abertos ou cobertos. As áreas também foram adaptadas, o que em parte está relacionado com a criação de regulamentos para este tipo de habitação, fazendo assim com que hajam áreas máximas e mínimas a cumprir, entre outros aspetos relevantes.

Com a elaboração deste estudo a nível nacional, foi necessário fazer um enquadramento do local onde se propõe a proposta de habitação de cariz social. Foi então que se compreendeu a influência da indústria fabril como fator fundamental para a criação de habitação social na cidade da Covilhã, levando à criação de diversos bairros, como o Bairro da Estação que sofreu um processo de desenvolvimento coerente, enquanto o Bairro Municipal careceu desse mesmo desenvolvimento.

É por fim apresentada a proposta, localizada numa zona de expansão da cidade da Covilhã, apresenta-se como uma tentativa de relacionar a comunidade com os moradores deste espaço

apresentado. Apresenta-se como um esforço de agregar diferentes classes de modo a diminuir o estigma da habitação social na sociedade.

Foi necessária esta contextualização e estudos de caso assim como a compreensão da correta hierarquização dos espaços e das vias, sejam elas pedonais ou viárias, a criação de uma boa relação com a envolvente e a criação de zonas de estar agradáveis, que possuam equipamentos de interesse para os habitantes de modo a partir para a proposta. Também é fundamental que os edifícios não criem barreiras visuais e delimitem o espaço e que haja atenção de modo a evitar a possível criação de becos. Em relação às habitações considerou-se fundamental a existência de áreas agradáveis e que tenham os espaços bem distribuídos e relacionados entre si.

Esta dissertação de cariz teórico-prático permitiu elaborar uma proposta de Habitação social na avenida infante D. Henrique e contextualizar através de sínteses e de conclusões a problemática inerente à habitação social. Deste modo pretende-se que este seja um documento que permita que outros trabalhos futuros possam partir do trabalho realizado, uma vez que esta é uma temática não só apaixonante como também diretamente relacionada com a prática profissional e que se encontra em constante aferição, seja pela via da prática arquitetónica ou pela via da sua teorização.

7- BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (2008). Al Arquitetura Ibérica - Nº25 João Álvaro Rocha 2001-2007. Caleidoscópio - Edição e Artes gráficas, S.A. Casal de Cambra.

AA.VV.; Revista Edifícios e Monumentos, subordinado ao tema Covilhã, a cidade - Fábrica; nº29; IHRU, Lisboa 2009.

AA.VV.; Recomendações Técnicas de Habitação Social; Imprensa Nacional Casa da Moeda; Lisboa; 1994

AA.VV.; Regulamento Geral das Edificações Urbanas; Colecção Regulamentos; Porto Editora

AA.VV.; Prémio IHN 2002;; Instituto Nacional da Habitação, Lisboa; 2002.

AA.VV.; Prémio IHRN 2010;, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;; IHRU, Lisboa; 2010.

ABREU, Paula Cristina da Cruz Abreu. Casas Económicas de Estado Novo - Os bairros sociais na Covilhã; Dissertação apresentada à universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2010

ALEGRE, Alexandra. Casas de Rendas Económicas das células I e II do Plano de Urbanização de Alvalade - 1º Experiencia de Urbanização Integral; Construção 2001 - Congresso Nacional da Construção, Lisboa; 2001.

ALVES, João Carlos Teixeira; Arquitectura de intervenção repensando o papel social do arquitecto através de modelos alternativos de prática; Dissertação apresentada à Universidade do Porto para obtenção do grau de mestre em Arquitectura; Universidade do Porto, 2014;

ARQUITETOS, AVA; Memória Descritiva, in: <http://www.ava-architects.com/salgueiros.html> [Consultado a 20/12/2016]

BARROCO, Sofia; Bairro de Alvalade: Um paradigma de sobrevivência comercial em Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

BORGES, António Garcia; Bairros da Covilhã; Gráfica da Covilhã; 2015

CARVALHO, Ricardo; A cidade social. Impasse. Desenvolvimento. Fragmento; Universidade Autónoma de Lisboa; Tinta-da-china edições, 2016.

COELHO, António Baptista; 20 Anos a promover a construção de habitação social, Instituto Nacional de Habitação, 2004.

COELHO, António Baptista; CABRITA, António Reis; Espaços exteriores em novas áreas residenciais; LNEC; Lisboa, 1999.

COELHO, António Baptista; CABRITA, António Reis; Habitação evolutiva e adaptável; LNEC; Lisboa, 2009.

COELHO, António Baptista; COELHO, Pedro Baptista; Habitação de interesse social em Portugal 1988-2005; Livros Horizonte, Lisboa 2009.

COELHO, António Baptista; Habitação Humanizada; LNEC, Lisboa, 2008.

COELHO, António Baptista; Entre casa e cidade, a humanização do habitar; LNEC, Dafne editora, Porto, 2009.

COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco; Do bairro e da vizinhança à habitação: tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais; LNEC; Lisboa, 1998.

COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu. Bairro de Alvalade: Considerações Sobre o Urbanismo Habitacional, vol. 1e 2, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 1997

CAMPOS, Anabela Pereira. Habitação Social no Concelho da Covilhã. Inclusão ou exclusão?; Dissertação apresentada à universidade da Beira Interior para obtenção de grão de mestre em sociologia, Universidade da Beira Interior; Covilhã, 2013.

COELHO, João Rodrigo Parreira; O projeto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada: o caso do bairro da Malagueira; Eurau'12; 2012.

Decreto lei no119/2009 de 19 de Maio; Diário da República, 1ª série, N°96. Consultado a 18 de Janeiro de 2007.

DL163/2006 de 8 de Agosto IN AA.VV; Guia de Mobilidade e Acessibilidade para Todos; Inova, Porto.

DELAQUA, Vitor; Skate Park de La Mar Bella / Scob Arquitectura y Paisaje; 2005 in: http://www.archdaily.com.br/br/774430/skate-park-de-la-mar-bella-scob-arquitetura-y-paisaje?ad_medium=widget&ad_name=recommendation [Consultado a 19/01/2017]

FERREIRA, Manuel Cintra; in: http://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html [Consultado a 19/07/2017]

FRACALOSSO, Igor; Clássicos da Arquitetura: Quinta da Malagueira / Álvaro Siza; 2012 in: <http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza> [Consultado a 25/01/2017]

FREIRE, Margarida Maria Meirelles; Aspetos da qualidade arquitetónica no bairro da estação 2ª fase Covilhã; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para a obtenção do grau de mestre em engenharia civil - construção; Universidade da Beira Interior; Covilhã; 2009.

GOMES, Mário José Afonso. Fatores de apropriação e construção identitária em torno da casa, estudo de caso - Bairro da Malagueira/Siza Vieira; Universidade Nova de Lisboa; Lisboa; 2013.

JOSÉ, Ana Margarida Fleming; O Mínimo como Habitação - Reabilitação do Bairro da Alegria; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para obtenção do grau de mestre em Arquitetura, 2012.

LÉGER, Jean-Michel; MATOS, Gisela, Cidades comunidades e territórios, Siza Vieira em Évora, Revisitar uma experimentação; Dezembro 2004, nº9.

MACHADO, Isabel Maria Castro. Habitação económica plurifamiliar: mudança de paradigma: novos modelos, flexíveis e transitórios, Dissertação apresentada à universidade do Minho para obtenção de grau de mestre em arquitetura, Universidade do Minho; Braga, 2014.

MARTINS, Raquel Monteiro; A 'ideia de lugar' - Um olhar atento às obras de Siza; Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre em arquitetura; Coimbra, 2009.

OLIVEIRA, Hélder Pereira de; Modernidade e espaço urbano - vazios urbanos, O Caso da Covilhã; Tese apresentada à universidade da Beira Interior para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura; Universidade da Beira Interior, 2015.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; Uma retrospectiva de que há de melhor na arquitetura da habitação social portuguesa recente; 2007 [internet]
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/06.065/3113> [Consultado a 29/05/2017]

PEDRO, João Branco. Programa habitacional: Habitação; LNEC; Lisboa, 2002.

PEDRO, João Pedro. Programa habitacional: vizinhança próxima; LNEC; Lisboa, 2002.

PEDRO, João Pedro. Programa habitacional: espaços e compartimentos; LNEC; Lisboa, 2002.

PEDRO, João Pedro. Programa habitacional: edifício; LNEC; Lisboa, 2002.

PORTAS, Nuno. A habitação social - proposta para a metodologia da sua arquitetura (2 volumes); FAUP Publicações; Porto, 2004.

PORTAS, Nuno. Funções e exigências de áreas da habitação; LNEC; Lisboa, 1996.

PEREIRA, Nuno Teotónio e Martins, M. Costa; Habitação económica e reajustamento social; comunicação apresentada no 1º Congresso Nacional de Arquitectura; SNA; 1948

PEREIRA, Sandra Marques. Casa e mudança social; Caleidoscópio; Sintra, 2012.

PINHEIRO, Maria Cristina de Sousa Araújo. A gestão da cor na habitação social Lisboa século XXI; Dissertação apresentada à universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de mestre em arquitetura; Universidade Técnica de Lisboa, 2005.

PATINS, Academia dos; Criação de espaço para Skate Parque; Estoril, s/data.

RAMOS, Gonçalo António Martins; Diretrizes de Sustentabilidade Aplicadas à Requalificação / Reabilitação no Bairro da Alegria, - Covilhã; Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para a Obtenção do grau de mestre em Arquitetura., Universidade da Beira Interior; Covilhã, 2013.

SALEMA, Isabel; in <https://www.publico.pt/2012/08/14/culturaipilon/noticia/o-predio-que-simboliza-a-vida-moderna-lisboeta-foi-classificado-1559041> [Consultado a 03/06/2017]

SEABRA, Miguel. "Construir, Habitar, Pensar" o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza; Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, 2006.

SILVA, Maria Margarida Gonçalves Monsanto de Serra e; A.S.A.P.²: AS Social As Possible, As Soon As Possible: Habitação a custos controlados em Portugal; Dissertação apresentada à universidade de Coimbra para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura; Coimbra, 2010.

VASCONCELOS, Cristina Neyra Brandão de; Evolução social e transformação do espaço doméstico no bairro social do arco do cego em Lisboa; Dissertação apresentada à universidade técnica de Lisboa para obtenção de grão de mestre em arquitetura, Universidade técnica de Lisboa; Lisboa, 2010; p.23.

TOSTÕES, Ana - Architectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira. Lisboa: Quimera, 2004.

TOSTÕES, Ana; - Nuno Teotónio Pereira, um realismo sem precedentes na arquitectura e na vida. Estudo Prévio. Lisboa: CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

TOSTÕES, Ana - Os Verdes Anos na Architectura Portuguesa dos Anos 50. Porto: FAUP, 1997.

Pavimento parque infantil: http://www.crpavimentos.pt/pavimento_in_situ_sbr.php

